

DIRIGIR & FORMAR

REVISTA DO IEFP N.º 39 outubro a dezembro 2023 // 3€

Questões da Interculturalidade e do Diálogo Intercultural

PROGRAMA AVANÇAR

Programa de incentivos
à contratação de jovens
qualificados

APOIO ÀS EMPRESAS de 8 a 12 mil euros*, desconto de 50% das contribuições no primeiro ano

na contratação sem termo de jovens licenciados
até 35 anos com ordenado base de 1330€ ou superior



SABER MAIS



Valorizar o talento,
as empresas e
fazer crescer o país



*Valor mínimo e máximo do apoio em 2023 e 2024, incluindo majoração. Desconto de 50% das contribuições da Segurança Social no primeiro ano.



Domingos Lopes
Presidente do Conselho
Diretivo do IEFP, I.P.

Nesta *Dirigir&Formar*, que em 2023 teve apenas duas edições, falamos-lhe de «Questões da Interculturalidade e do Diálogo Intercultural», refletindo sobre a crescente importância de compreender e abordar as dinâmicas interculturais que moldam a nossa sociedade. Trata-se de um conjunto de artigos assinados por especialistas notáveis, que oferecem perspectivas valiosas sobre este tema complexo e multifacetado.

Debruçando-nos sobre o tema de capa, começamos por refletir sobre a importância da integração e inclusão de migrantes, num artigo que proporciona uma análise aprofundada sobre os desafios e oportunidades relacionados à integração dos migrantes na sociedade portuguesa.

De seguida, a Secretária de Estado da Inclusão, Ana Sofia Antunes, explora o papel e os desafios enfrentados pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social na promoção da inclusão, onde o Instituto do Emprego e Formação Profissional tem também um papel essencial, que é aprofundado num artigo sobre o trabalho desenvolvido nos Centros Qualifica e noutros serviços e programas do IEFP.

E como para compreender o presente, é necessário conhecer o passado, nada melhor do que um artigo sobre «Interculturalidade Histórica em Portugal», que nos proporciona uma interessantíssima análise sobre as raízes e a evolução da diversidade cultural no nosso País.

Fechamos os artigos sobre o tema de capa com uma partilha de reflexões sobre o valor da interculturalidade e do Programa Escolhas, que tão bons resultados tem obtido nesta temática, e um texto sobre a importância de combater o discurso de ódio, no

qual três destacadas investigadoras do Centro de Psicologia da Universidade do Porto nos oferecem uma análise esclarecedora sobre estratégias para enfrentar este desafio contemporâneo.

O nosso «Dossier» começa por uma entrevista exclusiva a António Vitorino, que deixou recentemente a posição de Diretor-Geral da Organização Internacional para as Migrações e nos proporciona uma visão única sobre as questões migratórias a nível global.

Exploramos também casos específicos de desafios da interculturalidade, como os que encontramos na cidade de Lisboa, no bairro da Mouraria, da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, ou no Município da Amadora, onde um plano de ação relativo às Operações Integradas Locais, aplicadas nos bairros do Casal da Mira da Encosta do Sol, tem obtido excelentes resultados, através da implementação de um trabalho inovador no desenho de políticas públicas.

Concluimos com o nosso habitual artigo sobre Gestão de RH, onde nos é oferecida uma valiosa perspectiva sobre os desafios que as empresas enfrentam na promoção de culturas inclusivas.

Agradeço a todos os autores, cujas contribuições enriqueceram esta edição, esperando que os artigos apresentados inspirem novas reflexões e ações, em prol de uma sociedade mais inclusiva e intercultural.

Aproveito para desejar a todos os leitores um excelente 2024, que trará novidades também para a nossa *Dirigir&Formar*. Queremos modernizá-la, mas sempre mantendo o foco em que continue a ser um ponto de convergência para a disseminação de conhecimento e reflexão, em torno de temas cruciais para a sociedade contemporânea. Brevemente, ficará a saber tudo! ✨

38

ENTREVISTA A ANTÓNIO VITORINO

«Os fluxos migratórios apresentam enorme flexibilidade e registam mudanças muito rápidas e, por vezes, imprevisíveis.»



O PAPEL DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL NAS QUESTÕES DA INTERCULTURALIDADE E NO DIÁLOGO INTERCULTURAL

10

30

DESMASCARAR O DISCURSO DE ÓDIO



O CASO MOURARIA
Junta de Freguesia de Santa Maria Maior

44

Ficha técnica

PROPRIETÁRIO/ EDITOR SEDE DE REDAÇÃO IIEFP Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. ► Rua de Xabregas, 52 – 1949-003 Lisboa ► NIPC 501 442 600 ► **DIRETOR** Domingos Lopes ► **RESPONSÁVEL EDITORIAL E COORDENAÇÃO** Regina Araújo ► **CONSELHO EDITORIAL DA REVISTA** Adélia Costa, Ana Cláudia Valente, António José de Almeida, António Travassos, Arnaldo Frade, Conceição Matos, Domingos Lopes, Fernando Moreira da Silva, João Palmeiro, José Carlos Bravo Nico, José Teixeira, Luís Alcoforado, Mafalda Pereira, Miguel Pinto, Nuno Gama de Oliveira Pinto, Paulo Feliciano, Raquel Póvoas, Teresa Medina ► **REVISÃO** Regina Araújo ► **REDAÇÃO** Revista Dirigir&Formar, Gabinete de Comunicação e Relações Externas, IIEFP, I.P. ► Tel: 215 803 000 ► **CONDIÇÕES DE ASSINATURA** Enviar carta com nome completo, data de nascimento, morada, profissão e/ou cargo da empresa onde trabalha e respetiva área de atividade para: Rua de Xabregas, 52, 1949-003 Lisboa, ou e-mail com os mesmos dados para: dirigir&formar@iefp.pt ► **ESTATUTO EDITORIAL** https://www.iefp.pt/documents/10181/696230/ESTATUTO_CE_vf_2021.pdf ► **DATA DE PUBLICAÇÃO** Dezembro 2023 ► **PERIODICIDADE** Trimestral ► **DESIGN e PAGINAÇÃO** Casa das Ideias, Design e Publicidade, Lda ► www.casadasideias.pt ► **FOTOGRAFIAS** Cedidas pelos autores, IIEFP e iStock ► **IMPRESSÃO** Casa das Ideias, Lda ► Rua Coronel Santos Pedroso, nº 11 – 1.º C 1500-207 Lisboa ► **TIRAGEM** 15.500 exemplares ► **REGISTO** Anotada na Entidade Reguladora para a Comunicação Social DEPÓSITO LEGAL: 348445/12 ► ISSN: 2182-7532

Todos os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos autores, não coincidindo necessariamente com as opiniões do Conselho Diretivo do IIEFP, I.P. É permitida a reprodução dos artigos publicados, para fins não comerciais, desde que indicada a fonte e informada a Revista.

TEMA DE CAPA

- 6** MIGRANTES EM PORTUGAL
PENSAR A INCLUSÃO EM CONTEXTOS INTERCULTURAIS ATUAIS
ELSA LECHNER
- 10** O PAPEL DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL
NAS QUESTÕES DA INTERCULTURALIDADE E NO DIÁLOGO INTERCULTURAL
ANA SOFIA ANTUNES
- 14** CONSTRUINDO PERCURSOS INCLUSIVOS:
O IMPACTO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA DIVERSIDADE E INTERCULTURALIDADE
HELENA CRISTINA CRUZ
- 20** INTERCULTURALIDADE HISTÓRICA EM PORTUGAL
JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA
- 24** A DIVERSIDADE NO/NAS ESCOLHAS
VÍTOR PATACO
- 30** DESMASCARAR O DISCURSO DE ÓDIO: DA IDENTIFICAÇÃO À INTERVENÇÃO
PAULA LOPES, MARIANA MAGALHÃES, ISABEL R. PINTO
- 38** ENTREVISTA: ANTÓNIO VITORINO

DOSSIER

- 44** O CASO MOURARIA
JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR
MIGUEL COELHO
- 50** INOVAÇÃO NO DESENHO DE POLÍTICAS PÚBLICAS:
O CASO DAS OIL DA AMADORA
VANESSA CARVALHO DA SILVA, JOANA CORREIA E INÊS SANTOS

GESTÃO RH

- 56** CULTURA EMPRESARIAL
QUE DESAFIOS ATUAIS EXISTEM PARA AS EMPRESAS?
INÊS PEREIRA

Migrantes em Portugal

Pensar a inclusão em contextos interculturais atuais

AUTORA: Elsa Lechner, Investigadora do Centro de Estudos Sociais – Universidade de Coimbra

Uma visão global a partir do biográfico: várias camadas de entendimento

O trabalho biográfico e a experiência de investigação participada com migrantes e refugiados permitiu desenvolver instrumentos e competências para a alteridade e a comunicação na diferença, que podem ser muito úteis para quem lida com estes públicos e necessidades no dia a dia e para dar respostas decisivas e práticas. Mas como responder adequadamente quando os planos da realidade social e do ideal social não coincidem?

É importante reconhecer que a questão das migrações coloca muitos desafios a diversos níveis para todas as partes envolvidas e que diferentes posições de sujeito (nacional, estrangeiro, migrante, refugiado, requerente de asilo, etc.) correspondem a diferentes perspetivas e experiências sobre o mesmo fenómeno. Cada história de vida declina o tema geral das migrações, e as posicionalidades são múltiplas, em função dos papéis e estatutos sociais dos diferentes sujeitos. Portugal é um país simultaneamente emissor e recetor de fluxos migratórios, tem uma história colonial com impactos materiais e simbólicos na perceção das migrações, e está por inteiro na esfera digital, aberto às notícias internacionais sobre o mundo em convulsão. Os acontecimentos espantam as posições relativas de cada pessoa em mobilidade e fuga, como também as dos países recetores que se podem sentir numa disposição para acolher ou rejeitar. Os desafios são muito concretos e delicados para todos, tendo em conta os quadros legais, políticos, sociológicos, culturais suscetíveis de serem delineados e identificados em qualquer parte do mundo. Tanto do ponto de vista global, como continental, nacional, regional e local, trata-se de uma



realidade humana extremamente complexa, que comporta – na teoria e na prática – dimensões históricas mais ou menos longínquas, civilizacionais, interculturais, comunicacionais, de «regimes de verdade» diferentes, morais, filosóficas e políticas nas diversas escalas macro, meso e micro da vida social. No entanto, as migrações são uma constante da história mundial, representando simultaneamente um fator de desenvolvimento económico, social e cultural, e uma consequência direta de grandes desequilíbrios geopolíticos e económicos, nomeadamente entre o sul e o norte globais. Conhecer este contexto é fundamental ponto de partida para analisar oportunidades e desafios na procura das soluções de percurso.

As mobilidades humanas acontecem hoje numa conjuntura mundial particularmente aguda: conflitos armados em zonas e entre países com enorme capacidade técnica e militar; crise ambiental e urgência climática na origem do deslocamento de milhões de refugiados (mais de metade são crianças, segundo dados do ACNUR¹); pandemia; políticas da inimizade (Mbembe 2017); radicalização de movimentos políticos e culturais assentes em reivindicações identitárias e religiosas; contradição fundamental entre a livre circulação de bens e do capital e as restrições impostas à circulação de pessoas. No fundo, os chamados processos de globalização da passagem do século XX para o século XXI, bem como a

¹ Agência da ONU para os Refugiados.



intensificação de trocas, de comunicação e relações que ultrapassam fronteiras físicas e imateriais, puseram a nu as desigualdades estruturais existentes entre diferentes cidadãos do mundo. A aceleração da história veio desafiar também as paisagens culturais transnacionais, fazendo questionar noções básicas de território, fronteira, pertença, nação e identidade (Appadurai 1996). Neste contexto, os assuntos relativos à interculturalidade e ao chamado diálogo intercultural apresentam ainda novos desafios, uma vez que não é só a diversidade cultural que está em jogo, mas também a fluidez (Bauman 2000) e a natureza dinâmica dos processos de hibridação cultural e das identidades. O efeito de multiplicação dos desafios está, assim, igualmente na rapidez das transformações sociais que se contrapõem à suposta natureza fixa e referencial das identidades tradicionais, alimentando radicalizações políticas e os discursos separatistas sobre «Nós e os Outros». O quadro de reflexão e de atuação é, pois, movente, incerto, desconcertante, convidando a pensar em conjunto sobre a necessidade de (re)imaginar o presente e o futuro, em busca de equilíbrio e de respeito pela dignidade humana na super diversidade dos nossos dias (Blommaert 2013). Então,

como fazer? O que fazer? Que objetivos específicos definir? Por quem exatamente? Para quem especificamente? Para «nós», para «eles», para «todos»? Quem somos «nós»? Quem são os «outros»? Que «todos» queremos ser?

Experiências locais, terrenos diferentes, recorrências: ensinamentos da pesquisa junto de migrantes e refugiados.

As perguntas acima elencadas mostram a diversidade dos contextos conceptuais inerentes às sociedades plurais em que vivemos. As definições de Ser, de cidadania, de participação em contextos multiculturais, implicam «a dimensão dialógica intercultural que a coexistência e o enfrentamento das culturas exige [...]» (André 2005, p. 16). Como os problemas são plurais, propomos respostas compósitas, conduzidas com o contributo de todas as partes envolvidas e para benefício de todos. A construção social da realidade em contextos multiculturais exige o respeito pela diferença e pela harmonia – um processo «tensional», como sublinha João Maria André na obra citada, – uma utopia de paz em tempos distópicos de guerra e medo, através de métodos



participativos. As oficinas biográficas que realizámos com migrantes em Portugal, por exemplo, juntaram pessoas de 12 nacionalidades diferentes, com estatutos, níveis de educação formal e profissões muito diversas. No entanto, todos os participantes destes grupos de conversa relataram, no final, o efeito formador e transformador das oficinas. Nas oficinas todos aprendem com todos, transformam-se percepções de si próprio e dos outros e do mundo, o que ajuda à inserção social, ao conhecimento recíproco e à participação cidadã. O próprio interesse demonstrado pela vida e experiência dos migrantes e convite para participar de um projeto de investigação constituiu um momento de mudança, pois de cidadãos à parte na sociedade portuguesa, sentiram-se integrar um projeto conjunto. Sentiram-se respeitados e tidos em conta.

A clara percepção e noção das diferenças entre pessoas na própria prática de investigação biográfica permite trabalhar por dentro soluções conjuntas. É precisamente a consciência das assimetrias e das desigualdades no terreno que traz a possibilidade de trabalho participativo (o que Franco Ferrarotti chama de «socialização do poder»), assim como é o respeito pelas diferenças que permite o efetivo diálogo intercultural.

Os desafios são muito concretos e delicados para todos, tendo em conta os quadros legais, políticos, sociológicos, culturais suscetíveis de serem delineados e identificados em qualquer parte do mundo.

Não se trata nunca de querer impor um modelo paternalista e unilateral de coexistência, mas de aprender, na prática, a abrir o diálogo à participação de pessoas e grupos diferentes e ao imprevisto, já que ninguém é detentor de verdades absolutas. Adotámos esta proposta desde cedo nas nossas pesquisas junto de migrantes em Portugal, nomeadamente no contexto do estudo na Consulta do Migrante no Hospital Miguel Bombarda, em Lisboa, no início dos anos 2000. A anterior experiência de trabalho junto de emigrantes portugueses em França já havia permitido o mesmo movimento de escuta



e de empatia, pois não é preciso ser estrangeiro para sentir as diferenças de identidade e de visões do mundo. Mas foi a partir da aplicação do método das oficinas biográficas (Lechner 2012) que pudemos desenvolver estratégias colaborativas que contaram com a participação de migrantes de origens e nacionalidades muito diferentes em Portugal, ajudando à construção colaborativa de saberes úteis a políticas públicas.

Uma outra aprendizagem resultante destes exercícios é que os termos gerais e oficiais utilizados para designar a presença e participação dos migrantes na sociedade traduzem uma visão unilateral do fenómeno migratório. O conceito de integração é paradigmático neste sentido, pois tem subjacente a ideia de que quem vem de outro país para viver e trabalhar deverá assimilar-se e «ser integrado». Acontece que na prática as identidades, valores e comportamentos não funcionam por decreto ou obrigação. Todos os testemunhos que nos foram confiados ao longo do tempo por pessoas em situação de migração, refúgio ou requisição de asilo apontam para uma experiência de rutura biográfica e de reconstrução da identidade mais ou menos dolorosa e longa. Tal experiência

corresponde a uma luta – na vida quotidiana e psicológica de cada um –, com as necessidades legais, burocráticas, de trabalho, habitação, saúde, educação no contexto migratório. Para quem faz esta experiência migratória em situações de maior vulnerabilidade perante a lei ou o mercado de trabalho, tal luta é, muitas vezes, desmoralizante e desmobilizadora. Não pode haver uma saudável participação e inclusão na sociedade recetora se a pessoa ou grupo migrante enfrenta de forma permanente os mesmos obstáculos e incompreensões. Então, uma outra aprendizagem muito concreta trazida pelo trabalho biográfico junto de migrantes e refugiados aponta para a necessidade e pertinência de respostas legais e administrativas rápidas, que não prolonguem a espera pela regularização. Uma vez ultrapassados os obstáculos burocráticos e formais, é toda uma vida de adaptação ao novo contexto que se enfrentará. Neste segundo momento do processo migratório, os obstáculos culturais e fronteiras simbólicas tomam a dianteira, pondo em ação capacidades adaptativas de parte a parte, entre nacionais e estrangeiros, nas diversas circunstâncias da vida social.



As sociedades resilientes são as únicas capazes de incorporar as diferenças em modelos harmónicos e funcionais para todos. Para que tal aconteça, é necessário que a educação, cultura, comportamentos do quotidiano em todas as esferas sociais aceitem a mestiçagem de forma profunda e sem dúvidas ou hesitações. O respeito pela universalidade dos direitos e da dignidade humana é o contrário dos discursos de ódio, de valores intolerantes, e de atos de discriminação e racismo. De forma muito concreta, o trabalho junto de populações migrantes, refugiados e requerentes de asilo requer competências específicas, treinadas para lidar com a diferença cultural e linguística, uma sensibilidade transversal a diversas culturas que também é requerida às pessoas e grupos vindos de fora (Lechner 2015). Um verdadeiro diálogo na diferença.

Em resumo, no complexo contexto mundial atual, as migrações estão na ordem do dia, denunciando desigualdades estruturais, contradições civilizacionais e necessidades de respeito mútuo. Na prática, este quadro traduz-se em desafios no quotidiano que requerem respostas construtivas elaboradas por todas as partes envolvidas, e não apenas por

nacionais dos países ditos de acolhimento, que se vêm a braços com outros problemas estruturais (desemprego, baixos salários, inflação, etc.). O trabalho com histórias de vida e oficinas biográficas tem revelado enorme pertinência prática e teórica, contribuindo para aproximar pessoas, mundos, necessidades e desafios que só em conjunto conseguimos enfrentar e resolver. Perante as circunstâncias adversas que fazem de alguém um outro em terra estrangeira, há que incorporar a visão de que «o Outro somos nós noutras circunstâncias». E a empatia e escuta subjacentes a tal postura fazem toda a diferença nas respostas concretas a dar. ✨

REFERÊNCIAS:

- André, João Maria. 2005. *Diálogo Intercultural e Mestiçagens em tempos de globalização*. Coimbra: Ariadne.
- Appadurai, Arjun. 1996. *Dimensões Culturais da Globalização*. Lisboa: Teorema.
- Bauman, Zygmunt. 2000. *Liquid Modernity*. Cambridge: Polity Press.
- Blommaert, Jan. 2013. *Ethnography, superdiversity and linguistic landscapes: chronicles of complexity*. Bristol, UK: Multilingual Matters, p.144.
- Lechner, Elsa. 2012. *Oficinas de trabalho biográfico: pesquisa, pedagogia e ecologia de saberes*, *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, 37, 1, 71-87.
- Lechner, Elsa. 2015. *Rostos, vozes e silêncios: uma pesquisa biográfica colaborativa com imigrantes em Portugal*. Coimbra: Almedina.
- Mbembe, Achilles. 2017. *Políticas da Inimizade*. Lisboa: Antígona.



O Papel do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social nas Questões da Interculturalidade e no Diálogo Intercultural

AUTORA: Ana Sofia Antunes, Secretária de Estado da Inclusão

Foi-me colocado o desafio de refletir, nas linhas que se seguem, acerca do papel desempenhado pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), no contexto da interculturalidade e no fomento do diálogo intercultural, no nosso País. Procurarei corresponder a este desafio, tendo consciência de que a reflexão que ora me proponho realizar é pessoal e de que se trata de um tema que deveria, sob os mais diferentes pontos de vista, ser objeto de análise mais assídua no âmbito da definição de políticas por este Ministério.

O MTSSS tem um papel crucial perante os desafios complexos que se colocam na missão de garantir uma sociedade mais justa, inclusiva e equitativa, sendo que a implementação de políticas e ações concretas é essencial para superar esses desafios e construir um ambiente onde a diversidade cultural seja um ativo valorizado.

A interculturalidade pressupõe a interação e a convivência entre diferentes culturas, uma das premissas das sociedades globalizadas. No âmbito do Ministério, esse desafio desdobra-se em várias dimensões, envolvendo as questões laborais, sociais e da Segurança Social.

Um dos principais desafios enfrentados pelo Ministério visa assegurar a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para indivíduos de diversas origens culturais. O que inclui a promoção de políticas que combatam a discriminação e o preconceito, garantindo que todos os trabalhadores tenham acesso a oportunidades

de trabalho, formação profissional e condições de trabalho dignas, independentemente da sua origem étnica ou cultural.

De igual modo, também a integração social e a inclusão de comunidades culturalmente diversas constituem nos nossos dias um desafio relevante.

Este Ministério tem procurado desempenhar um papel sempre presente na implementação de programas e políticas que promovam a coesão social, facilitando a participação ativa de todos os cidadãos na vida económica e social do País. Essa via pode incluir o fomento de medidas que promovam a igualdade de oportunidades na formação, no acesso a serviços sociais e na participação cívica.

Por outro lado, no contexto da Segurança Social, o Ministério enfrenta o desafio de garantir que os sistemas de proteção social sejam inclusivos e sensíveis à diversidade cultural. Esta preocupação implica adaptar políticas e programas para atender às necessidades específicas de diferentes grupos culturais, assegurando que todos acedem à proteção social e à saúde.

Neste sentido, o diálogo intercultural é essencial para superar estes desafios, pelo que o Ministério promove a criação de espaços de intercâmbio e entendimento entre diferentes comunidades, incentivando a colaboração entre empregadores, trabalhadores e sociedade civil. Esta abordagem contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva, onde a diversidade é valorizada e celebrada.





Adicionalmente, para enfrentar estes desafios, o MTSSS procura desenvolver políticas que promovam a sensibilização cultural, a formação para profissionais e o apoio a projetos que visem a integração e coesão social.

O diálogo intercultural não é apenas uma conversa entre diferentes culturas, mas sim uma troca enriquecedora de perspetivas, valores e experiências. Desafia-nos a superar preconceitos e estereótipos que podem surgir quando nos deparamos com o desconhecido.

Num mundo onde as fronteiras são, cada vez mais, geográficas, é crucial reconhecer que somos todos parte de uma única comunidade global. É com base nesta constatação, que manifesto a minha convicção de que o diálogo intercultural é uma das mais importantes ferramentas que nos permite construir pontes sobre os rios da desconfiança e do desconhecido, desafiando-nos a valorizar os valores comuns, a celebrar as diferenças e a criar um ambiente onde todos possam contribuir para o bem-estar geral.

A troca de ideias e a compreensão mútua não apenas fortalecem os laços entre as comunidades, mas impulsionam também o desenvolvimento social e económico, da mesma forma que, ao abraçarmos a diversidade, promovermos a criatividade e a inovação, abrindo caminho para soluções mais abrangentes e eficazes para os desafios que enfrentamos enquanto sociedade.

Devemos também reconhecer que o diálogo intercultural não é apenas uma responsabilidade dos governos, mas de cada cidadão. Cada um de nós desempenha um papel vital na promoção de um ambiente onde as diferenças são valorizadas e respeitadas.

Neste momento crítico da história, estou certa de que devemos abraçar o diálogo intercultural enquanto ferramenta fundamental para superar divisões e construir um futuro mais harmonioso. Ao fazê-lo, não apenas enriquecemos as nossas próprias vidas, mas também estaremos a contribuir para um mundo onde a diversidade é celebrada como uma força motriz para o progresso.

Neste campo e num mundo cada vez mais interconectado, a migração é uma realidade sempre



presente, que não pode ser esquecida, impactante em todos os modelos das nossas sociedades.

O Pacto Global das Migrações representa um marco histórico e um compromisso coletivo para abordar essa questão complexa de maneira mais eficaz e humana, tendo sido concebido com base em valores fundamentais: respeito pelos direitos humanos, solidariedade e cooperação internacional, reconhecendo que, para enfrentar os desafios da migração, precisamos de uma abordagem global, envolvendo países de origem, trânsito e destino, bem como organizações internacionais, sociedade civil e todas as forças vivas da nossa comunidade.

Uma das principais aspirações do Pacto visa exatamente garantir que as migrações aconteçam de forma segura, ordenada e regular. Isto implica proteger os direitos fundamentais dos migrantes, e combater a exploração e o tráfico de seres humanos.

Ao fazê-lo, estaremos a concretizar a exigente, mas determinante, missão de construir sociedades mais justas e inclusivas, onde todos tenham a oportunidade de contribuir e prosperar.

A sua implementação efetiva requer o compromisso contínuo de todos os membros da comunidade internacional, representando uma derradeira oportunidade para construir pontes, promover a compreensão mútua e superar as divisões que muitas vezes cercam o debate sobre migração.

É de suma importância mencionar que Portugal tem desempenhado um papel ativo no desenvolvimento e consolidação de políticas e medidas de integração de migrantes por mais de duas décadas. Com uma ampla experiência na gestão de políticas públicas relacionadas ao acolhimento e integração de imigrantes, o País destaca-se como um exemplo de comprometimento nessa área.

O compromisso de Portugal com questões migratórias foi reforçado com a aprovação do Pacto Global para as Migrações Seguras, Ordenadas e Regulares pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, em 19 de dezembro de 2018 [Resolução A/73/L.66].

Trata-se de um Pacto fundamentado em dez princípios orientadores, que advogam por uma abordagem centrada nas pessoas, cooperação internacional, soberania nacional, Estado de Direito, desenvolvimento

sustentável, respeito pelos direitos humanos, igualdade de género, superior interesse das crianças e uma visão holística das migrações, envolvendo todos os níveis da administração e sociedade civil.

Com base nesta premissa, o Estado Português aprovou o Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações, a 20 de agosto de 2019, assegurando a dinamização de um plano que segue uma estrutura composta por 23 objetivos, particularmente na promoção de migrações seguras, ordenadas e regulares, de que é exemplo a aprovação e aplicação do Regime de Mobilidade da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), na melhoria dos processos de organização dos fluxos migratórios e da gestão integrada das fronteiras, e na promoção do acolhimento e integração dos imigrantes, assegurando a regularização da sua situação legal.

Todos estes objetivos, aliados à melhora das condições de acesso a habitação, saúde e proteção social, com vista à sua integração e participação cívica, ao apoio na ligação dos migrantes ao seu país de origem e aos seus projetos de retorno, e no fomento das parcerias para o desenvolvimento com os países de origem e trânsito, asseguram uma resposta determinante na necessidade de atenuar o impacto de fatores como a privação material, desigualdades, discriminações, ausência de oportunidades laborais ou falta de condições mínimas de bem-estar.

Estes esforços refletem o compromisso contínuo do nosso País em enfrentar os desafios complexos associados à migração, visando construir sociedades mais inclusivas, ao mesmo tempo que se garante a dignidade e o bem-estar de todos os indivíduos, independentemente da sua origem.

Nos anos mais recentes, Portugal tem recebido vários migrantes, predominantemente provenientes de países asiáticos, embora não exclusivamente, que procuram trabalho e melhores condições de vida.

A coordenação multinível é, agora, mais importante do que nunca, para garantir a implementação de estratégias nacionais, alinhadas muitas vezes com compromissos e diretrizes internacionais. Isso deve ser feito respeitando as particularidades de cada território, destacando o papel crucial e complementar de atores chave, incluindo a recém-criada

Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA), e a colaboração ativa com o Alto Comissariado para as Migrações (ACM), o Instituto da Segurança Social, I.P. e a Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), identificando locais para alojamento coletivo e assegurando o acompanhamento aos grupos de migrantes acolhidos.

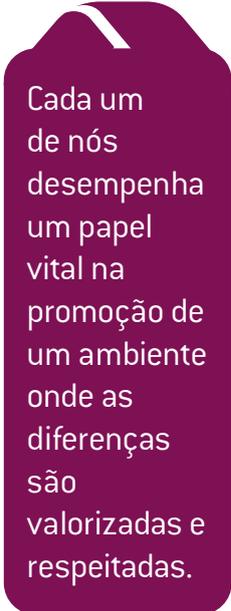
Por todas as razões já assinaladas, assegurar o desenho e concretização de políticas interculturais supera, largamente, o conceito de simples estratégias governamentais, assumindo-se enquanto expressões tangíveis no nosso compromisso coletivo com a coexistência pacífica e o respeito mútuo, reconhecendo a diversidade cultural, não enquanto barreira, mas sim enquanto uma potencialidade que enriquece e fortalece as nossas comunidades. E, por outro lado, sendo conhecedores de que as políticas interculturais são um antídoto eficaz contra a intolerância e discriminação, revestindo-se de uma importância singular.

Ao garantir uma maior paridade entre todos os cidadãos no que concerne às oportunidades, independentemente da sua origem, não apenas promove a equidade, mas também cria um ambiente propício para a inovação e o progresso. Para uma comunidade mais resiliente e capacitada para assegurar um futuro melhor para todos os cidadãos.

Promovendo a compreensão intercultural, iniciando na educação e progredindo, gradualmente, até às esferas profissionais e comunitárias, estamos a moldar um futuro onde a diversidade é celebrada como uma força motriz para o crescimento da comunidade. Trata-se de uma abordagem que não apenas enriquece o presente, mas também molda o futuro, de forma absolutamente decisiva.

Ante o exposto, no nosso mundo interconectado, onde os nossos destinos estão entrelaçados de maneiras complexas, a promoção de políticas públicas interculturais não é apenas uma escolha sábia: é uma necessidade premente e uma obrigação do estado de direito democrático.

Ao abraçarmos a diversidade, estamos a trilhar um caminho rumo a um futuro mais harmonioso, resiliente, onde a colaboração transcende fronteiras culturais. Em direção a um amanhã ao alcance de todos e para todos. ✨



Cada um de nós desempenha um papel vital na promoção de um ambiente onde as diferenças são valorizadas e respeitadas.

Uma das missões do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP, I.P.), enquanto organismo público responsável pela execução das políticas ativas de emprego, nomeadamente de formação profissional, consiste em incentivar a inserção profissional dos diferentes públicos, através de medidas específicas, em particular dirigidas àqueles com maior risco de exclusão do mercado de emprego.



Construindo Percursos Inclusivos: o impacto da formação profissional na diversidade e interculturalidade

AUTORA: Helena Cristina Cruz, Técnica Superior do Departamento de Formação Profissional, IEFP, I.P.

Compete, portanto, ao IEFP, I.P. assegurar o desenvolvimento das políticas relativas ao mercado social de emprego, enquanto conjunto de iniciativas destinadas à (re)integração socioprofissional de pessoas desempregadas com dificuldades singulares face ao mercado de trabalho, com base em atividades dirigidas a necessidades sociais por satisfazer, a que o normal funcionamento do mercado não consegue dar resposta.

O combate à pobreza e exclusão social é, deste modo, uma das principais áreas de intervenção do IEFP, I.P., privilegiando o desenvolvimento de respostas integradas no domínio da formação profissional para a inclusão, e permitindo uma estreita articulação entre o conteúdo da formação ministrada, em todas as modalidades de

formação, e as especificidades dos seus públicos, nomeadamente desempregados de longa duração, beneficiários de prestações de desemprego, Rendimento Social de Inserção, pessoas com baixa escolaridade, migrantes, pessoas com deficiência e incapacidade, (ex)reclusos e (ex)toxicodependentes.

São exemplos da oferta formativa do IEFP, I.P. os Cursos de Educação e Formação de Adultos – Cursos EFA, criados ao abrigo da Portaria 86/2022, de 4 de fevereiro, que se configuram como uma modalidade de formação de dupla certificação, particularmente adaptada às necessidades dos adultos sem a qualificação adequada para efeitos de inserção ou progressão no mercado de trabalho e, prioritariamente, sem a conclusão do ensino básico ou secundário.



QUALIFICA



A formação e a inserção profissionais de pessoas com deficiência e incapacidade são, também, uma questão crucial para o IEFP, I.P., na medida em que o trabalho e o emprego produtivo se revestem de uma importância estruturante para as pessoas, para a família e para a sociedade.

Os Centros Qualifica (CQ), criados pela Portaria 232/2016, de 29 de Agosto, desempenham um papel importante para a concretização desta modalidade de formação, quer através dos processos de informação e orientação, que proporcionam o encaminhamento para as ofertas de educação e formação mais adequadas ao perfil da população adulta, quer através do reconhecimento, validação e certificação das aprendizagens realizadas ao longo da vida e/ou das competências adquiridas por via da experiência profissional e/ou noutros contextos, uma vez que o enquadramento legislativo dos Cursos EFA contempla a possibilidade de acesso a tipologias diferenciadas, em função do nível de escolaridade/qualificação já detido pelos adultos, permitindo-lhe encurtar o seu percurso de qualificação e torná-lo mais atrativo.

Os Cursos EFA permitem, portanto, a flexibilização e adaptação dos percursos formativos, de forma a dar resposta às necessidades específicas de qualificação dos adultos com baixas e muito baixas qualificações, iletrados ou com níveis de literacia muito insuficientes, promovendo a formação e o desenvolvimento de competências pessoais, relacionais e profissionais, com vista ao exercício de uma atividade profissional, numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida.

Simultaneamente, esta oferta formativa constitui-se como uma resposta orientada para o desenvolvimento de competências de adaptação às mudanças tecnológicas e organizacionais, indo ao encontro das reais necessidades do mercado de trabalho, procurando reforçar a empregabilidade, e incluindo uma lógica de reconversão profissional.





Os Cursos EFA desenvolvem-se de acordo com os referenciais de competências e de formação, que integram o Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ), permitindo a obtenção do 1.º ciclo do ensino básico ou de uma qualificação de nível 1, 2, 3 ou 4 do QNQ.

A formação e a inserção profissionais de pessoas com deficiência e incapacidade são, também, uma questão crucial para o IEFP, I.P., na medida em que o trabalho e o emprego produtivo se revestem de uma importância estruturante para as pessoas, para a família e para a sociedade. Compete, portanto, a este Instituto promover a reabilitação profissional deste público, designadamente através da Medida de Qualificação de Pessoas com Deficiência e Incapacidade, prevista no Decreto-Lei n.º 290/2009, de 12 de outubro, na sua atual redação.

No âmbito desta Medida, a Formação Profissional Inicial é organizada e desenvolvida em estreita articulação com o mercado de trabalho, considerando as exigências e oportunidades do mesmo, assim como as características e competências das pessoas a quem se destina.

A mesma integra a totalidade ou apenas parte de um conjunto de componentes formativas, das quais se salienta a Formação para a Integração, que tem como principal objetivo o desenvolvimento de competências básicas nos domínios pessoal, comportamental e organizacional. Isto é, sempre que necessário, contempla uma componente de reabilitação funcional/atualização de competências, visando o desenvolvimento da autonomia pessoal, de atitudes profissionais, de comunicação, de reforço da autoestima, da motivação, das condições de empregabilidade e da (re)aprendizagem das condições necessárias à sua plena participação.

Os conteúdos desta componente de formação desenvolvem-se com base no Referencial de Formação para a Integração, disponível no site da ANQEP, I.P.

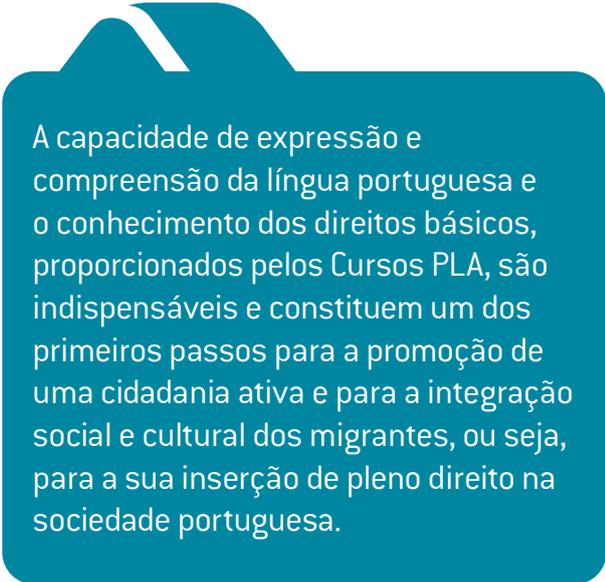
Contudo, no âmbito da inclusão e da interculturalidade, o papel do IEFP, I.P. assume particular relevância junto da população migrante. Os fluxos de migração em Portugal têm tido uma variabilidade notável nas últimas duas décadas, bem como uma acentuada alteração do seu perfil, designadamente quanto aos países de origem, implicando constantes ajustamentos dos programas de ensino do português como língua não materna e introduzindo desafios de vária ordem, nomeadamente ao nível da promoção da integração social, cultural e económica desta população.

Os Cursos de Português Língua de Acolhimento – Cursos PLA, criados pela Portaria n.º 183/2020, de 5 de agosto, encontram-se inseridos no Plano Nacional de Implementação

do Pacto Global das Migrações, aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2019, de 20 de agosto, com o objetivo de capacitar os migrantes e as sociedades, a fim de ser alcançada uma inclusão e coesão social plenas. Deste modo, esta oferta formativa visa proporcionar uma resposta mais ajustada às necessidades de aprendizagem da língua portuguesa dos cidadãos migrantes, alargando e aprofundando os programas públicos de ensino do português como língua não materna, criando um sentido de pertença comum à coletividade nacional e facilitando, consequentemente, o seu processo de integração. Como tal, contribuem para a prevenção da discriminação em função da origem, bem como para a igualdade, o acolhimento e a inserção socioprofissional de migrantes que se fixem em Portugal.

A capacidade de expressão e compreensão da língua portuguesa e o conhecimento dos direitos básicos, proporcionados pelos Cursos PLA, são indispensáveis e constituem um dos primeiros passos para a promoção de uma cidadania ativa e para a integração social e cultural dos migrantes, ou seja, para a sua inserção de pleno direito na sociedade portuguesa.

Para a operacionalização dos Cursos PLA, o IEF, I.P. conta com a sua Rede de Centros de Emprego e Formação Profissional e com outros organismos que contribuem para o processo de integração dos públicos migrantes, designadamente nas matérias de regularização da sua situação em



A capacidade de expressão e compreensão da língua portuguesa e o conhecimento dos direitos básicos, proporcionados pelos Cursos PLA, são indispensáveis e constituem um dos primeiros passos para a promoção de uma cidadania ativa e para a integração social e cultural dos migrantes, ou seja, para a sua inserção de pleno direito na sociedade portuguesa.

território nacional, em particular a nacionalidade portuguesa, e das condições laborais, nomeadamente o Alto Comissariado para as Migrações (ACM), com competência técnica e vocação específica para a integração de populações migrantes. Esta estratégia de intervenção constitui-se como fator positivo e diferenciador no desenvolvimento destes Cursos, considerando-os como uma resposta privilegiada para a integração dos públicos migrantes, sujeitos a um maior grau de vulnerabilidade.

Os Cursos PLA, enquadrados no Sistema Nacional de Qualificações (SNQ), inseridos no Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ), têm por base os níveis definidos no Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECL) e assentam em quatro percursos, respetivamente A1 e A2, de nível elementar, e B1 e B2, que visam um maior nível de proficiência.

Os Cursos PLA afiguram-se, simultaneamente, uma estratégia fundamental para efeitos de concessão da nacionalidade, considerando que a obtenção do nível A2 ou superior faz prova do conhecimento da língua portuguesa, nos termos do disposto no Regulamento da Nacionalidade.

Sendo a comunicação em língua portuguesa condição facilitadora de uma melhor integração na comunidade e de participação na vida social é, também, um elemento indutor de um melhor funcionamento do mercado de trabalho, facilitando o acesso a desempenhos profissionais onde o seu domínio seja necessário, favorecendo, simultaneamente, um melhor aproveitamento do capital de qualificações de que são portadores os migrantes, para responder a défices expressos em vários sectores de atividade.

Assim, e como contributo para a integração da população migrante no mercado de trabalho ou para a sua progressão profissional e salarial, pode ser considerado um conjunto de fatores associados ao desenvolvimento dos Cursos PLA, designadamente:

- Os grupos de formação são constituídos em função do conhecimento de partida da língua portuguesa dos candidatos, uma vez que a obtenção de um nível de proficiência linguística não está condicionada à realização do nível anterior;
- O conhecimento dos direitos e deveres associados à vida e ao mercado de trabalho, ministrados na formação, constituem informações privilegiadas para a redução das desigualdades, nomeadamente salariais, e para a melhoria das condições de trabalho;

- A flexibilidade da formação realizada, em função da disponibilidade dos formandos, em regime presencial, à distância ou misto, em horário laboral ou pós-laboral, inclusivamente aos fins-de-semana, permite a conciliação com a vida profissional e familiar.

A diferença entre o número de mulheres e homens que frequentaram os Cursos PLA em 2022 e até agosto de 2023 afigura-se pouco significativa (1.058), o que leva a pressupor que, no final do ano, se possa atingir a equiparação entre os dois géneros. ✨

Quadro 1 | Cursos PLA – Execução Física e Financeira

	Agosto 2023	2022	2021
Metas	13 500	11 200	6 000
Abrangidos	11 388	13 993	5 017
Grau Execução (%)	84,4%	124,9%	83,6%
H+M	11 388	13 993	5 017
H	6 223	5 213	2 901
M	5 165	8 780	2 116
Dotação Atual Líquida de Cativos	5 967 663,54	5 101 700,12	1 308 655,26
Cativos	19 433,00	0,00	0,00
Pagamentos	3 580 998,00	4 750 250,64	1 031 360,39
Grau Execução (%)	60,0%	93,1%	78,8%

Fonte: IEFP, I.P.

No âmbito dos Cursos PLA, em 2022 e até agosto de 2023, evidencia-se um aumento exponencial do número de formandos abrangidos, relativamente a 2021, apresentando um crescimento na ordem dos 179% e 127%, respetivamente.

Destaca-se, também, a evolução da taxa de execução física destes Cursos, de 83,6% em 2021, para 124,9% em 2022, prevendo-se que, em 2023, venha igualmente a ultrapassar os 100%.

Para acompanhar esta tendência, constata-se uma preocupação do IEFP, I.P. em reforçar a dotação orçamental, a qual passou de €1.308.655.26, em 2021, para €5.967.663.54, em 2023, de forma a poder atribuir apoios sociais a um maior número de formandos.

Considerando que as mulheres continuam a representar um público peculiar face às desigualdades, nomeadamente no que diz respeito à inserção no mercado de trabalho, às condições laborais, às remunerações, à representação na tomada de decisão ou à repartição das responsabilidades familiares ou domésticas, salienta-se que, embora em 2021 o número de formandos do género masculino integrados nos Cursos PLA seja superior ao do género feminino, em 2022, esta tendência inverte-se, verificando-se mais 3.567 mulheres do que homens a frequentar estes Cursos.

BIBLIOGRAFIA:

- Decreto-Lei n.º 237-A/2006, de 14 de dezembro. Diário da República n.º 239/2006 – I Série. Ministério da Justiça. Lisboa.
- Decreto-Lei n.º 290/2009, de 12 de outubro. Diário da República n.º 197/2009 – I Série. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Lisboa.
- Decreto-Lei n.º 131/2013 de 11 de setembro. Diário da República n.º 175/2013 – I Série. Ministério da Economia. Lisboa.
- Decreto-Lei n.º 108/2015 de 17 de junho. Diário da República n.º 116/2015 – I Série. Ministério Trabalho da Solidariedade, Emprego e Segurança Social. Lisboa.
- Decreto Regulamentar n.º 84/2007, de 5 de novembro. Diário da República n.º 212/2007 – I Série. Ministério da Administração Interna. Lisboa.
- IEFP. [2016]. Guia Organizativo - Formação Profissional e Certificação de Pessoas com Deficiências e Incapacidades (Atualizado março 2016). Lisboa: IEFP.
- IEFP. [2022]. Circular Normativa n.º 3 de 2009, de 15 de janeiro (2.ª revisão) – Guia Organizativo dos Cursos EFA. Lisboa: IEFP.
- IEFP. [2021]. Circular Normativa n.º 1 de 2021, de 11 de fevereiro (1.ª revisão, de 29 de julho de 2022) Português Língua de Acolhimento – Guia Organizativo PLA. Lisboa: IEFP.
- Lei n.º 24/2011, de 16 de junho. Diário da República n.º 115/2011 – I Série. Assembleia da República. Lisboa.
- Portaria n.º 232/2016 de 29 de agosto. Diário da República n.º 165/2016 – I Série. Ministérios da Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Lisboa.
- Portaria n.º 183/2020 de 5 de agosto. Diário da República n.º 151/2020 – I Série. Presidência do Conselho de Ministros, Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Lisboa.
- Portaria n.º 86/2022 de 4 de fevereiro. Diário da República n.º 25/2022 – I Série. Ministérios da Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Lisboa.
- Portaria n.º 184/2022 de 5 de 21 de julho. Diário da República n.º 140/2022 – I Série. Presidência do Conselho de Ministros, Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Lisboa.

INTERCULTURALIDADE HISTÓRICA EM PORTUGAL

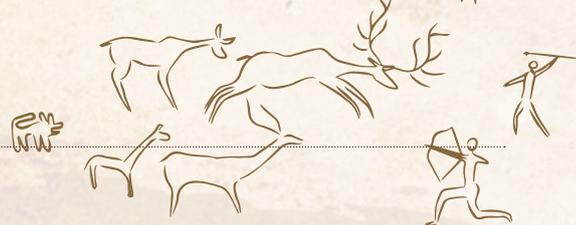


AUTOR: João Paulo Oliveira e Costa, Investigador, CHAM – Centro de Humanidades, NOVA FCSH

Quando o reino de Portugal ganhou a independência definitivamente, em 1143, não existiam ainda os portugueses. D. Afonso Henriques encabeçou o movimento independentista com o apoio de uma elite nobiliárquica e eclesiástica de beirões, durienses e minhotos, que se haviam solidarizado na luta contra os mouros, inimigos da cristandade, e que não queriam estar subordinados nem a galegos nem a leoneses ou castelhanos. A população que integrava os territórios sob a sua autoridade limitava-se a respeitar as ordens de quem tinha mais força; embora fossem genericamente cristãos e falassem numa linguagem específica do ocidente peninsular, entendiam-se facilmente com galegos e leoneses; nas Beiras alguns sabiam a língua dos mouros, estavam familiarizados com os seus hábitos e uma minoria seguia a religião do Profeta. A independência de Portugal resultou, pois, da vontade política de um punhado de homens que tiravam partido de uma orografia muito enrugada e de difícil progressão para grandes exércitos, que lhes permitiu

forjar um reino em que o mar lhes assegurava a liberdade de comércio e de comunicação.

Esta mescla de gente era o resultado de milhares de anos de interação de povos diferenciados. Não sabemos quem eram as gentes que viveram no território português há centenas de milhares de anos, nem sequer as que nos deixaram as gravuras nas margens do Côa, tampouco as populações sedentárias da cultura megalítica que polvilharam o território de antas e menires, embora saibamos que estas pertenciam a um arco civilizacional que se estendia, pelo menos, até às Bretanhas continental e insular, mas sem referências concretas às suas origens ou mesmo ao momento em que terão entrado na Península e se sobrepuseram a outros povos que aqui estavam. A referência mais antiga é aos Iberos, que poderiam ser os descendentes diretos desses povos «megalíticos», e que enfrentaram a chegada dos povos indo-europeus, nomeadamente dos Celtas. Com os Celtas chegou um dos elementos mais estruturador da nossa sociedade – as



três ordens, clero, nobreza e povo, bem como uma apetência para venerar tríades divinas, que levou inclusive o cristianismo, na sua origem semita marcadamente monoteísta, a recompor a conceção de Deus num modo trinitário, que não está explicitado no Evangelho. Da herança céltica, lembro a suspeita de José Mattoso de que, no final da batalha de Ourique, D. Afonso Henriques terá sido vitorioso em pé sobre o seu escudo.

Foram os celtiberos que enfrentaram a chegada dos povos do Mediterrâneo, uns indo-europeus, como os gregos e romanos, e outros semitas, como os fenícios e os cartagineses. Diferentes práticas sociais e culturais ou crenças religiosas foram-se espalhando pelo território. Os primeiros choques decorreram longe do atual território português, pois as conquistas cartaginesas nunca passaram o Guadiana nem atingiram as Beiras, e os romanos só o fizeram mais de cem anos depois dos primeiros desembarques. Entretanto, gregos e fenícios, mais vocacionados para o comércio do que para o Império, foram bordejando a península e pontilharam a costa de entrepostos e mesmo de cidades até ao limite do mundo mediterrânico, ou seja, até ao estuário do Tejo, onde Lisboa nasceu da interação entre estes povos, que se fixaram junto ao rio, e as populações castrejas instaladas nas colinas, nomeadamente na do atual castelo de São Jorge. Estas cidades marítimas e fluviais nasceram, pois, de uma dinâmica intercultural, em que se destacava um novo elemento civilizacional – a escrita.

O imperialismo romano enfrentou o carácter aguerrido dos celtiberos nas montanhas do centro da península, onde terminava a Meseta, e tardaram mais de um século a ultrapassá-las, no que se distinguiram os lusitanos e, especialmente, o seu chefe Viriato. A região a norte do Tejo só foi confrontada com as experiências do mundo mediterrânico quando as legiões estenderam o poder da águia romana até à costa atlântica. A Península conheceu um período invulgarmente longo de paz entre os séculos I e IV sob a dominação romana, que assistiu à definição de uma nova organização político-administrativa assente no que designamos como o Direito romano; a língua latina sobrepôs-se, carregada de préstimos gregos e a Hispânia foi dividida em províncias; o ocidente foi então destacado em duas – a Lusitânia e a Galécia, num reconhecimento da especificidade geopolítica dessa região. Nas cidades, formaram-se comunidades de judeus e o cristianismo propagou-se, em articulação com o politeísmo pré-existente, o que se consubstanciou, por exemplo, no culto

dos santos e na cristianização de outras festas pagãs, como as festas solsticiais que perduraram nas fogueiras de São João ou na celebração do Natal. Depois de helénicos e latinos, a derrocada do Império Romano possibilitou a chegada dos germanos à Península, com as suas práticas e tradições, que se fundiram na mescla civilizacional que repetidamente se redesenhava há milénios.

A invasão muçulmana enriqueceu a interculturalidade dos povos ibéricos com novos objetos, novas plantas, novos vocábulos e novas lendas e com os genes dos berberes e de

A independência de Portugal resultou, pois, da vontade política de um punhado de homens que tiravam partido de uma orografia muito enrugada e de difícil progressão para grandes exércitos, que lhes permitiu forjar um reino em que o mar lhes assegurava a liberdade de comércio e de comunicação.

alguns árabes a cruzarem-se com os de todos os ancestrais que permaneciam vivos nas pessoas dos séculos VIII, IX e X e que nos transportam hoje, por exemplo, para lendas de mouras encantadas. Cristãos e mouros guerrearam-se durante séculos, lutando pela terra em nome da religião, enquanto eram açoitados pelos *vikings*, que deixaram um rasto de rapinas menos expressivo do que nas terras a norte dos Pirenéus, porque não chegaram aqui com o ímpeto com que se abateram sobre França ou Inglaterra e porque os cronistas muçulmanos e cristãos estavam mais preocupados com o inimigo hispânico. Ainda assim, o castelo de Guimarães, por exemplo, foi edificado para prevenir as incursões dos nórdicos pagãos.

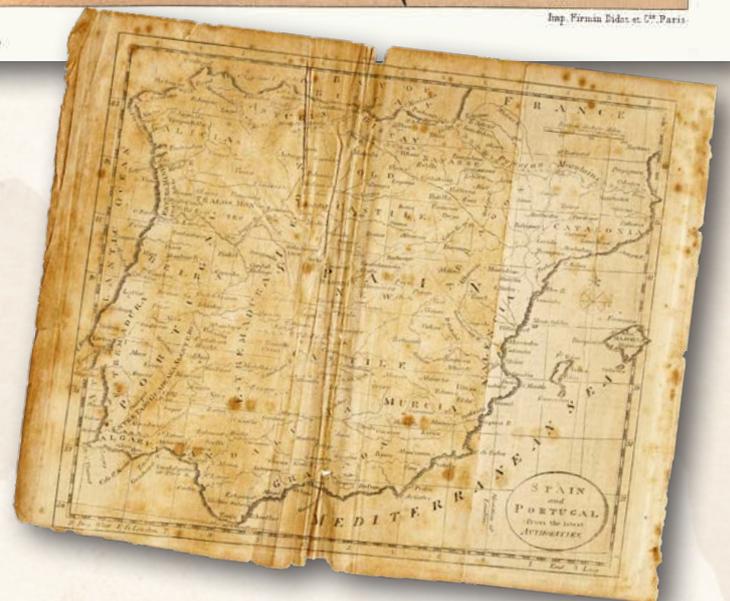
D. Afonso Henriques, o fundador de Portugal, era filho de um francês e de uma galega e governou um território em que viviam indivíduos que tinham, em si mesmos, esta inconsciente ancestralidade profundamente intercultural, que se manifestava especialmente na língua e na religião, ambas muito marcadas por contributos indo-europeus e semitas,



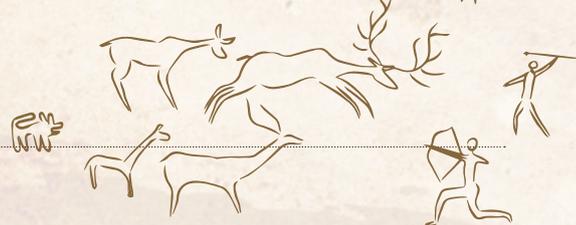
ES

a que se juntava um modelo jurisdicional em que o Direito Romano e o Germânico se cruzavam.

Era no mar que Portugal garantia a sua independência e foi pelo mar que chegaram novos reforços, logo quando D. Afonso Henriques conquistou Lisboa, em 1147. Nos 250 anos seguintes, a população estabilizou e fechou-se sobre si própria. O território peninsular ganhou a sua configuração em meados do século XIII e ficou definido pelo Tratado de Alcanizes, em 1297, cuja linha fronteiriça continua em vigor apenas com ligeiríssimos acertos. Desde 1254, os plebeus participavam nas cortes e, assim, entre meados do século XIII e o final do século XIV formou-se o povo português. Ao contrário do resto da Europa, os portugueses eram o único povo do reino de Portugal e tinham uma língua própria, comum a todos, que não pertencia a mais nenhum povo – todos os falantes de português e só os falantes de português (incluindo as minorias judaica e muçulmana) eram súbditos de um único rei, e os representantes dos municípios conviviam



regularmente com a elite nobiliárquico-eclesiástica nas reuniões das cortes, que se realizavam amiúde. Percebe-se, assim, que na crise dinástica de 1383, a população tenha reagido determinadamente contra a possibilidade de o reino cair nas mãos de Castela e, passado pouco mais de um século,



em 1498, o mesmo povo contestou em cortes a possibilidade de o rei de Portugal vir a ser também rei consorte de Castela. Por isso, em 1581, apesar de ter «herdado, comprado e conquistado» Portugal, Filipe II ainda se comprometeu nas cortes de Tomar em respeitar escrupulosamente a individualidade dos portugueses e do seu império.

Nos séculos XIII, XIV e XV, a cepa profundamente intercultural em que se havia forjado o povo português teve tempo para ganhar uma expressão própria e diferenciada dos restantes povos, inclusive dos vizinhos, embora a sua linha de costa fosse um espaço cosmopolita, onde fundeavam navios do norte e do sul, e algumas comunidades de mercadores estrangeiros instalaram-se em Lisboa, o porto principal do reino, ao mesmo tempo que se intensificavam as relações com os povos do Atlântico Norte. Essa força interior que recusava a integração em Castela empurrou o reino para o exterior, em busca de novos territórios e de novos negócios. A tomada de Ceuta e a integração dos arquipélagos da Madeira e dos Açores não alteraram o quadro cultural do país, mas quando se iniciaram os Descobrimentos, logo os portugueses se confrontaram com novas experiências de interculturalidade. Com efeito, a interação com populações desconhecidas de velhos e novos continentes gerou novas mestiçagens e novas aprendizagens. A chegada de africanos escravizados alterou a composição étnica e social do reino, diversificou ligeiramente o léxico e criou novas formas de miscigenação.

Na mesma altura, o Estado fechava-se em relação a outras religiões, com a expulsão de judeus e muçulmanos, o que não impediu a persistência subterrânea de tradições hebraicas durante muito tempo e que, por exemplo, uma parte da comunidade islâmica de Lisboa se tivesse reagrupado em Arraiolos, aceitando a religião cristã, e que se especializasse na produção de tapetes que são hoje um dos *ex-libris* de Portugal. Ao mesmo tempo que expulsava estes velhos conhecidos, a monarquia foi confrontada com a chegada silenciosa e dispersa dos ciganos, já referidos nos autos de Gil Vicente. Pelas suas características, a comunidade cigana desenvolveu uma relação com escassas interações culturais, mas passaram a fazer parte da população portuguesa.

A expansão ultramarina dos portugueses, nos séculos XV a XVII, foi protagonizada quase só por homens, que, todavia, não deixaram de constituir família nas terras em que se fixaram, pelo que os portugueses geraram dezenas de sociedades mestiçadas, em que os filhos eram naturalmente marcados pela interculturalidade, na medida em que apreendiam, na

infância, tanto os valores civilizacionais do pai europeu como da mãe não-europeia. Hoje em dia, a interculturalidade de matriz portuguesa está expressa, inequivocamente, nos países da CPLP, sendo a língua portuguesa o fator aglutinador dos povos que compõem países como a Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, a religião católica a chave-mestra da nação de Timor-Leste, e a mestiçagem a própria estrutura dos povos brasileiro, cabo-verdiano e são-tomense. Além disso, pelo mundo asiático, outras comunidades identificam-se pela interculturalidade, como é o caso dos goeses, dos cingaleses, dos malaquenses e dos macaenses católicos. Uma parte dessas populações fixaram-se posteriormente em Portugal.

Com o passar do tempo e o fim da escravatura, a comunidade africana libertada permaneceu no território e não ficou fechada em guetos, pelo que se diluiu na sociedade predominantemente europeia e perdeu visibilidade. No final do século XIX, os antropólogos procuraram os negros que seriam descendentes dos escravos, mas só encontraram um pequeno grupo nas imediações de Grândola. E assim, todos os que descendemos das pessoas que aqui viviam no século XIX podemos ser descendentes dos escravizados que aqui foram sendo derramados ao longo do tempo. Como a ligação a África perdurou no regime colonial dos séculos XIX e XX, e prossegue mesmo depois da independência das antigas colónias, novas vagas de africanos chegaram a Portugal desde meados do século XX e representam hoje uma percentagem considerável da população junto com os emigrantes brasileiros, todos irmanados pela História e pela língua, mas com expressões culturais próprias que se disseminam lentamente.

Outras comunidades, de origem chinesa ou vindas do mundo indiano, enriquecem igualmente a sociedade portuguesa contemporânea, além de tantos indivíduos que, neste mundo global, escolhem Portugal como porto de abrigo. Hoje, a interculturalidade da sociedade portuguesa manifesta-se as mais das vezes pela sua convivialidade, mas as minorias enfrentam sempre preconceitos, que causam sofrimento, que são injustos e que impedem a plena integração. Não creio, todavia, que as dificuldades do nosso tempo (sempre mais agrestes para quem está empobrecido), sejam muito diferentes das que marcaram a lenta integração dos outros povos que chegaram a este território nas sociedades de antanho.

Aceitar o outro que é diferente sempre foi um exercício difícil para a maior parte dos seres humanos, que cedem facilmente à desconfiança e ao medo, mas Portugal é o resultado da superação desses medos ao longo da História. ✖



A DIVERSIDADE NO/NAS ESCOLHAS

O Programa Escolhas (PE) é um Programa destinado a todas as crianças e jovens, em particular aos provenientes de contextos de maior vulnerabilidade socioeconómica, particularmente descendentes de migrantes, migrantes e das comunidades ciganas. Estão inscritos na Missão deste Programa a promoção da inclusão e integração social, da igualdade de oportunidades na educação e no emprego, do desenvolvimento de competências, do pensamento crítico e criativo, do combate à discriminação social, da participação cívica e a valorização do poder educativo do desporto, das artes e da cultura.

AUTOR: Vítor Pataco, Presidente do Conselho Diretivo do IPDJ, I.P. **FOTOS:** Cedidas pelo IPDJ, I.P.

O grupo-alvo prioritário do PE são crianças e jovens com idades compreendidas entre os seis e os 25 anos, que se encontrem em situações de absentismo, insucesso ou abandono escolar; desocupados (incluindo jovens NEET); de desemprego e trabalho precário; com comportamentos que afetem a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento; sujeitos a medidas tutelares educativas; detidos em estabelecimentos prisionais; sujeitos a medidas de promoção e proteção; vítimas de quaisquer formas de violência e/ou discriminação; oriundos de famílias socioeconomicamente vulneráveis.

A conceção e execução dos Projetos, no âmbito da 9.ª geração do PE, sustentam-se em princípios gerais, de entre os quais destacamos aqui três¹: prevenção de comportamentos de risco e combate à violência – a prevenção de comportamentos agressivos e o combate a qualquer forma de violência junto dos/as participantes

e comunidades, visando a integração social e cultural das crianças e dos jovens que integram os Projetos; diálogo intercultural – o fomentar da coesão social das comunidades, procurando o diálogo, o conhecimento mútuo e a convivência positiva entre grupos e culturas em presença, possibilitando, em simultâneo, a criação de pontes entre indivíduos e comunidades; capacitação – a promoção de processos permanentes de aprendizagem, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, como forma de responder aos desafios relacionados com os percursos de vida destas crianças e jovens.

É, sem dúvida, um dos grandes desígnios do Programa Escolhas capacitar crianças e jovens para a aquisição de saberes e de competências que lhes permitam a plena inclusão social, a sua integração futura no mundo do trabalho, a par da sua intervenção comunitária e cidadania ativa. Pelo conhecimento e pelas competências conseguidas ao longo da geração do Programa, a par de todas as outras aprendizagens e competências

¹ Conforme Artigo 4.º do Regulamento do Programa Escolhas – E9G



que em contexto escolar vão adquirindo, estas crianças e jovens vão-se apropriando de ferramentas que, seguramente, lhes permitirão fazer opções e escolhas alicerçadas numa consciência clara do caminho que pretendem seguir, daquilo que querem ser, daquilo que gostariam de alcançar no futuro. É nossa convicção que não se fazem escolhas na base da ignorância, do desconhecimento, no seio de contextos de vida desestruturados e sem sentido, daí que o Programa Escolhas se apresente como um Projeto transformador da vida destas crianças e jovens que, pelas suas condições de base, social e económica, estão, à partida, em situação de desvantagem, a começar pelas suas baixas expectativas face ao futuro, quando pensam que há barreiras que não vão conseguir vencer e muros que não vão conseguir pular. O «Escolhas» é para estas crianças e jovens um potencial de descobertas,

um mundo de oportunidades que se abre à sua frente, um caminho que os guia e orienta rumo à inclusão social, à valorização da educação e da formação, à cidadania ativa, com implicações claras no seu sucesso escolar e na sua capacitação pessoal e profissional.

O Programa Escolhas, pelas dinâmicas locais que tem vindo a implementar através dos diferentes Projetos existentes no País, como resposta às necessidades concretas e específicas identificadas nos respetivos territórios, tem permitido dar voz e expressão a capacidades e a aptidões que as crianças, os jovens, e até a sua própria família direta, desconheciam possuir.

O Programa Escolhas tem-se revelado, ao longo das suas sucessivas gerações, como uma resposta eficaz na inversão e consequente mudança das trajetórias de vida errante de muitas crianças e jovens que chegam até ele. A forma





O «Escolhas» é para estas crianças e jovens um potencial de descobertas, um mundo de oportunidades que se abre à sua frente, um caminho que os guia e orienta rumo à inclusão social, à valorização da educação e da formação, à cidadania ativa, com implicações claras no seu sucesso escolar e na sua capacitação pessoal e profissional.

de conquistar estas crianças e jovens resulta, em boa parte, para além dos princípios estruturantes do próprio Programa, da aposta num tipo de relação que os diferentes profissionais afetos a cada projeto estabelecem e mantêm com os participantes diretos no mesmo: relações de proximidade, de empatia, de reconhecimento e de valorização das capacidades do outro, a par da criação de ambientes sociais saudáveis e estimulantes.

Nestes contextos de aprendizagem e de interação social, a educação e o diálogo intercultural desempenham um papel crucial na formação e

no desenvolvimento destas crianças e jovens, provenientes de meios indelevelmente marcados pela diversidade cultural e muito vinculados pela intolerância e pela incompreensão. Vários aspetos destacam a importância deste tipo de educação, entre os quais o desenvolvimento da empatia. Ao conviver com outras culturas, ao aprender sobre as diferenças que caracterizam cada uma delas, as crianças e jovens são levados a desenvolver empatia, a compreender, a respeitar e a aceitar melhor as perspetivas e experiências dos outros, aprendendo, no fundo, a viver juntos. O diálogo intercultural desafia estereótipos e preconceitos, promovendo a compreensão de que todas as culturas têm valor e contributos importantes a dar, seja na afirmação de um grupo, de uma comunidade ou, até mesmo, de um País e isso ajuda a reduzir atitudes discriminatórias, contribuindo para a formação de cidadãos mais tolerantes e abertos ao diálogo, preparando-os para interagir e colaborar eficazmente em ambientes multiculturais.

O contacto com diferentes culturas desafia estas crianças e jovens a pensar criticamente sobre as suas próprias crenças e valores, a desenvolver laços de colaboração e de cooperação entre pessoas de origens diversas e isso promove neles o desenvolvimento do pensamento crítico e a capacidade de questionar e analisar as suas próprias ideias e convicções, o que contribui para a promoção de ambientes de aprendizagem, de trabalho e de convivência mais harmoniosos. À educação e ao diálogo Intercultural está associada a ideia de transformação,

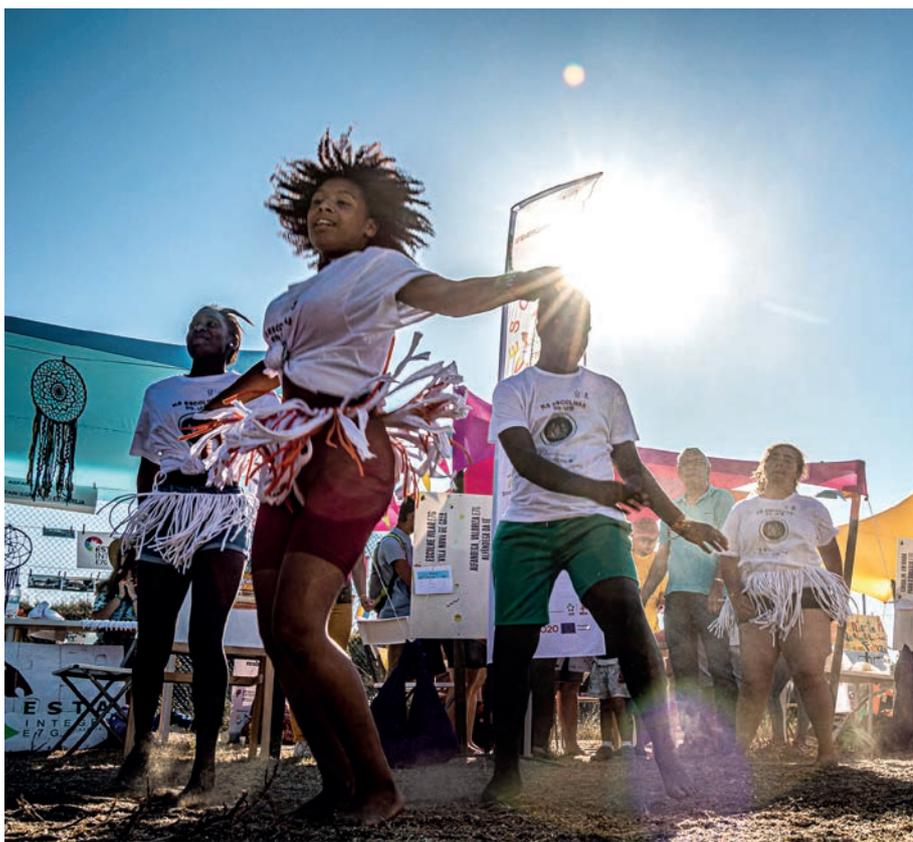


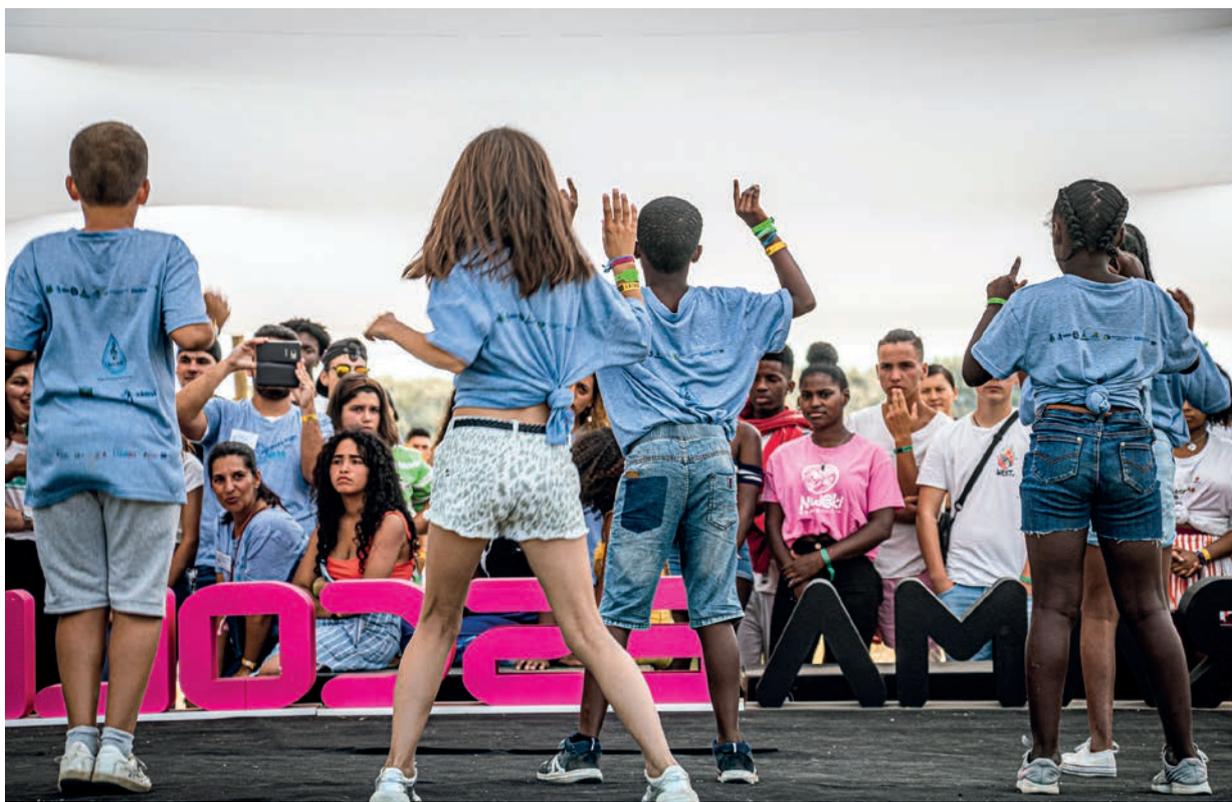
ou seja, de que o relacionamento numa base mais igualitária implica mudanças, na medida em que leva a que o «eu» aprende a olhar para o «outro» com a legitimidade de ser diferente.

Ao proporcionar e fomentar este diálogo intercultural, cada um dos Projetos Escolhas está a contribuir para a formação de cidadãos globais conscientes, mais capazes de contribuir para o bem-estar e para a harmonia da sociedade, num mundo interconectado.

Para que seja possível alcançar estes propósitos, uma das tónicas do Programa Escolhas assenta no envolvimento com a comunidade, em concreto, no estabelecimento de parcerias com entidades locais, na corresponsabilização dos familiares diretos, na formação dos Coordenadores dos Projetos e dos/as Dinamizadores Comunitários, na promoção e no desenvolvimento de iniciativas que incentivem a interação entre as crianças e os jovens pertencentes a diferentes culturas, fomentando a criação de ambientes de aprendizagem e de capacitação estimulantes e inclusivos, através de atividades de diferentes naturezas, culturais, artísticas e desportivas, que têm vindo a ser uma constante ao longo das diferentes gerações deste Programa. Contudo, de acordo com orientações governamentais, pretende-se que na atual geração as artes, a cultura e o desporto ganhem um lugar de destaque na preparação destas crianças e jovens, criando-lhes oportunidades de acesso a espaços, a experiências e ao convívio com outras pessoas e com outros grupos, que não apenas os de pertença, que sejam potenciadores da descoberta de aptidões, de vocações e de aprendizagens que tenham impacto efetivo nas suas ambições e reflexos visíveis nas suas vidas.

Na sessão de lançamento da 9.ª Geração do Programa Escolhas, a Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares, Ana Catarina Mendes, deixou claro na sua mensagem que a arte, a cultura e o desporto são verdadeiros caminhos para a inclusão e que a aposta neste caminho se constitui como uma oportunidade para as crianças e jovens que vivem em bairros mais vulneráveis.





Através da arte, da cultura e do desporto, terão acesso a experiências e a mundividências que estão para além do bairro onde nasceram e onde vivem, reféns de um conjunto de limitações que os afastam de uma cidadania plena e lhes dificultam a realização dos seus sonhos. Para Ana Catarina Mendes, o Programa Escolhas, ao apostar nas diferentes manifestações artísticas, vai permitir aos jovens desfavorecidos «ganhar confiança e autoestima nos seus percursos», assim como abrir a possibilidade de «realizarem outros sonhos, para além daquilo que veem na internet e televisão».

Programa Escolhas no IPDJ, I.P.

Pelo Decreto-Lei n.º 41/2023, de 2 de junho, que determina a extinção do Alto-Comissariado para as Migrações, o Programa Escolhas é agora desenvolvido pelo Instituto Português da Juventude e Desporto (IPDJ, I.P.).

Como entidade que tem por missão a execução de uma política integrada e descentralizada para

as áreas do desporto e da juventude, o IPDJ, I.P. procurará dar continuidade, reforçando, à aproximação das crianças e jovens do Programa Escolhas aos movimentos associativos juvenil e desportivo, espaços de desenvolvimento de competências em diversas áreas, também úteis para a integração na vida ativa e no mundo do trabalho.

Por outro lado, enquanto entidade responsável pela implementação do Plano Nacional para a Juventude e subsequente articulação interministerial, o IPDJ, I.P. procurará potenciar as pontes com outros programas e medidas de política destinadas a jovens, designadamente naquelas que foram identificadas, politicamente, como as áreas prioritárias para esta geração do Programa Escolhas: o desporto, as artes e a cultura.

Neste desígnio, contamos com todos os parceiros, a nível nacional e local, promovendo a coesão social no território e um melhor e mais próximo acompanhamento dos percursos educativos – formal e não formal – das crianças e jovens. ✨



Desmascarar o Discurso de Ódio: da identificação à intervenção

AUTORAS: Paula Lopes, Mariana Magalhães, Isabel R. Pinto, Centro de Psicologia da Universidade do Porto

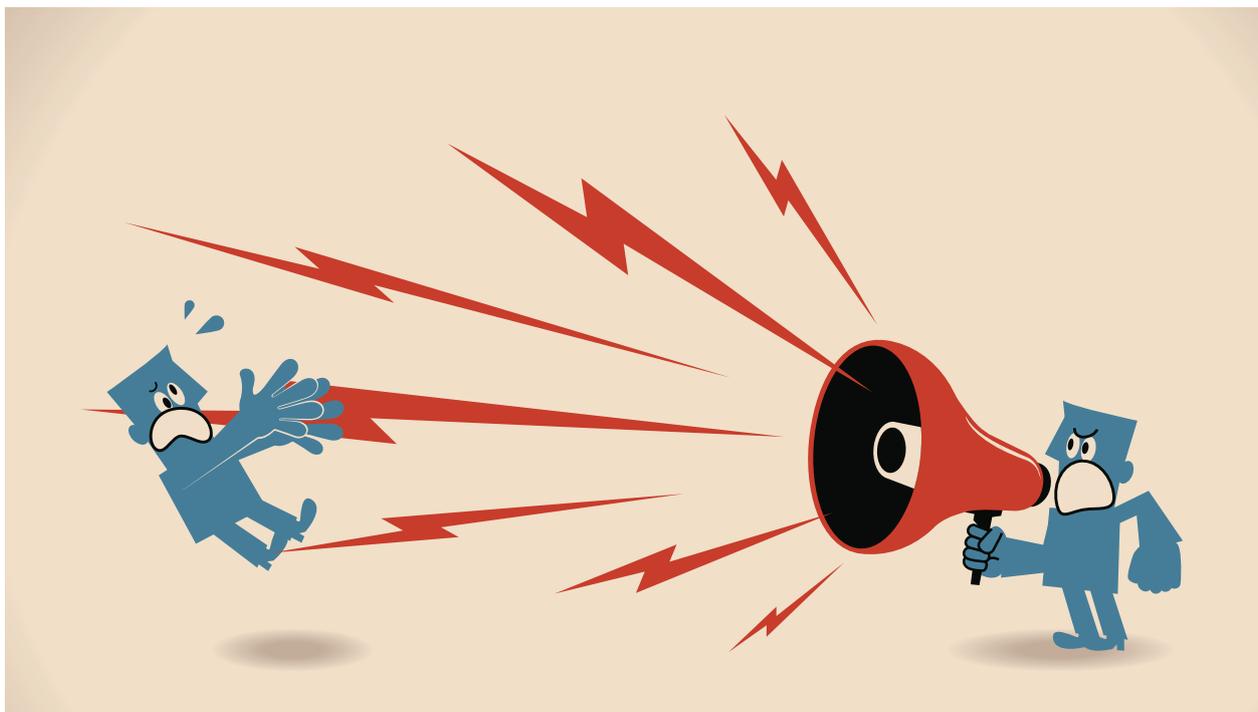
Introdução

O discurso de ódio tem-se revelado um fenómeno em crescimento, particularmente no contexto *online*, promovendo um maior sentimento de insegurança, exclusão social, isolamento e estigmatização dos seus grupos-alvo, a par da escalada de comportamentos violentos e de criminalidade^{9,16}. Este aumento do discurso de ódio está associado à ocorrência de grandes eventos negativos com repercussão mundial. De acordo com um estudo encomendado pela *Ditch the Label*, durante o confinamento derivado da COVID-19, o discurso de ódio aumentou cerca de 20%⁷ e com um novo grupo-alvo de ódio a emergir (pessoas de nacionalidade chinesa, por se associar a origem do vírus à República Popular da China). Mais recentemente, com o recrudescimento do conflito no Médio-Oriente entre Israel e o Hamas, o alto-comissário da ONU para os Direitos Humanos, Volker Turk, manifestou-se preocupado com a «recuperação drástica» do discurso de ódio e da discriminação e com o aumento, no último mês, do antissemitismo e da islamofobia¹³, que já estavam em ascensão na última década. Por sua vez, o aumento do discurso de ódio direcionado a migrantes associado às recentes vagas migratórias, muitas vezes enraizado em estereótipos e desinformação, gera um ambiente hostil para estes indivíduos, considerados uma ameaça à identidade cultural ou económica das comunidades onde procuram estabelecer-se. Este fenómeno não só marginaliza os migrantes, como também representa uma crescente ameaça à coesão social e a uma aceitação plena

da multiculturalidade, que almeja promover o entendimento e colaboração entre diferentes culturas.

Definição e identificação de discurso de ódio

A Recomendação do Comité de Ministros do Conselho da Europa [1997] define discurso de ódio como «todas as formas de expressão que propaguem, incitem, promovam ou justifiquem ódio racial, xenofobia, antissemitismo e outras formas de ódio baseado na intolerância, incluindo: intolerância expressa por nacionalismo ou etnocentrismo agressivo, discriminação e hostilidade contra minorias, migrantes e pessoas de origem migrante». O discurso de ódio tem por base uma ideologia ancorada em estereótipos negativos sobre os grupos-alvo de ódio, de que têm menor valor social, sendo vistos como menos dignos de respeito e/ou menos capazes e meritórios^{10,14}. O uso deste tipo de linguagem depreciativa (frequentemente agressiva, implicando atitudes de desumanização, demonização e exclusão social dos alvos de ódio^{2,16}), apesar de aparentemente se dirigir a uma pessoa em específico, tem como alvo principal o seu grupo de pertença (nacionalidade, identidade de género, etc.), garantindo a manutenção e reforço do sistema hierárquico da estrutura social atual, já de si tradicionalmente discriminatório. A forma de este discurso garantir a sua prevalência, disseminação e tolerância passa por retratar os alvos como uma ameaça à



sociedade, contra os quais esta se deve defender¹⁷, sendo essa uma das razões para o aumento deste fenómeno em situações de crise e de uma maior perceção de insegurança por parte dos cidadãos.

No entanto, e no contexto de uma sociedade moderna como a nossa, que partilha e defende a Agenda Europeia pró-inclusão, o discurso de ódio constitui uma clara violação a direitos humanos essenciais – como a justiça e igualdade social – consistindo numa ameaça efetiva às democracias. Este facto, aliado ao reconhecimento do discurso de ódio como preditor de violência intergrupala e de outros crimes de ódio mais gravosos e como potenciador de conflitos sociais polarizados e violentos, de extremismos e de intolerância social, torna este fenómeno com um *pedido social* sobre o qual urge atuar, de forma a preveni-lo e a controlá-lo, e a mitigar as consequências negativas sociais que lhe estão associadas.

A Organização para a Segurança e Cooperação na Europa tem encorajado os Estados-Membros a desenvolverem sistemas robustos de estudo e de análise compreensiva de dados sobre «crimes de ódio», como primeiro passo para combater estes crimes e apoiar as vítimas. Contudo, identificar discurso de ódio não é um processo fácil. As dificuldades prendem-se com diversos fatores, como o contexto sociocultural

e legislativo do ofensor e da vítima, a forma como o discurso é proferido (com o uso de figuras de estilo, como o sarcasmo ou a ironia), o contexto onde é veiculado (online, por exemplo), o tom da expressão e a intenção⁸, para além da ausência de uma representação coletiva sobre discurso de ódio e da sua distinção em relação a outras formas de expressão negativas, como é o caso de *bullying*, difamação, etc.

Desafios no diagnóstico e no controlo do discurso de ódio

Os últimos relatórios da *International Network Against Cyber Hate* e da *European Union Agency for Fundamental Rights* evidenciam que este fenómeno está a tornar-se cada vez mais frequente^{6,9}, mas ao mesmo tempo reconhecem que estamos longe de conseguir aceder ao número real de casos de discurso de ódio nas sociedades. Assim, a primeira fase de combate a este tipo de discurso passa pela capacidade de tornar este fenómeno observável e mensurável, caracterizando os seus contornos, os principais grupos-alvos, os seus padrões de expressão e disseminação, etc.

No entanto, esta fase é, no mínimo, desafiante. Em primeiro lugar, a falta de consenso sobre o contexto legal nos países europeus relativamente à apreciação do discurso de

ódio enquanto crime, mas também sobre como proceder ao seu reporte¹¹, gera incerteza sobre como tratar o discurso de ódio enquanto comportamento (in)tolerável. Esta incerteza dificulta a ocorrência de reporte, procedimento fundamental para diagnosticar este fenómeno.

A falta de consenso no campo legal traz consigo implicações importantes para a esfera social. Com efeito, não estando estabelecida a contextualização legal do discurso de ódio de forma clara e objetiva, também não estão estabelecidas as condições necessárias para a construção de uma representação social (junto dos cidadãos) acerca do discurso de ódio como comportamento negativo a ser prevenido e contrariado. Adicionalmente, a utilização abusiva do direito à liberdade de expressão, enquanto escudo para legitimar qualquer uso de expressão que legitime a estigmatização de grupos minoritários na sociedade, também contribui para o obscurecimento de uma representação social negativa sobre discurso de ódio e para o seu diagnóstico, promovendo a tolerância deste tipo de comportamento^{10,11}. Apesar de a liberdade de expressão assumir um lugar de destaque em vários tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos (e.g., Declaração Universal dos Direitos Humanos, Pacto dos Direitos Cívicos e Políticos, Convenção Europeia de Direitos Humanos), esses mesmos textos internacionais também determinam que os Estados signatários devem combater ativamente a promoção do discurso de ódio, defendendo a sua criminalização¹⁵.

O ambiente em constante evolução tecnológica também representa um desafio adicional à prevenção e combate ao discurso de ódio. Aliás, verifica-se que o discurso de ódio tem vindo a aumentar particularmente no contexto *online*¹². Três determinantes contribuem para este fenómeno. Em primeiro lugar, o contexto *online* implica uma quantidade infindável de conteúdo, rapidamente propagável, o que impossibilita a moderação humana do mesmo¹⁰. Em segundo lugar, a possibilidade de manter o anonimato no uso das redes sociais permite que os utilizadores se «desinibam» na sua ação (efeito de desinibição), já que o anonimato está relacionado com níveis superiores de falta de empatia e descomprometimento moral por parte dos seus utilizadores em relação a outros interlocutores¹⁰. Finalmente, apesar de praticamente todas as plataformas desenvolverem as suas próprias políticas e mecanismos de controlo do discurso de ódio, bem como procedimentos para reduzir esta má conduta (nomeadamente, algoritmos para detetar o discurso de ódio e botões de denúncia), a verdade é que não têm sido capazes de efetivamente controlar o discurso

de ódio, com os utilizadores a percecionarem estes mecanismos de controlo como ineficazes no seu combate¹. Estes fatores potenciam a disseminação de discurso de ódio sob uma percepção de impunidade, além da criação de câmaras de eco, nas quais se assiste à amplificação e ao reforço deste tipo de discurso, sem aparente possibilidade de o contrariar.

Caminhos a percorrer na prevenção e combate ao discurso de ódio

Enfrentar os desafios de combate ao discurso de ódio requer ainda um longo caminho a percorrer, uma abordagem multifacetada que atue em diferentes contextos e que tome em consideração os direitos fundamentais, a sensibilidade cultural e a dinâmica em constante mudança das interações *online*. A ausência de uma base de entendimento, até mesmo em relação à sua existência, conceptualização e contexto legal, torna o planeamento de uma estratégia para o combate ao discurso de ódio muito difícil, ingénua ou até mesmo contraproducente.

Um primeiro passo passará necessariamente pelo diagnóstico e mapeamento deste fenómeno, no sentido de o caracterizar adequadamente, conhecer as suas características, alvos, especificidades contextuais e culturais. O reporte de discurso de ódio é um procedimento fundamental para esse efeito, porque o torna visível. Assim, é essencial compreender os motivos para o não reporte do discurso de ódio, os constrangimentos dos mecanismos de reporte existentes, bem como quais os impedimentos sociais e contextuais que coíbem as vítimas e as testemunhas de o fazerem.

[...] no contexto de uma sociedade moderna como a nossa, que partilha e defende a Agenda Europeia pró-inclusão, o discurso de ódio constitui uma clara violação a direitos humanos essenciais – como a justiça e igualdade social – consistindo numa ameaça efetiva às democracias.



Face a um desafio de tamanha dimensão e com evidentes incógnitas e nuances, o combate ao discurso de ódio deve contar com o envolvimento de equipas multidisciplinares, bem como de atores de instituições relevantes, que podem ser preponderantes ao assumirem um papel ativo, tanto ao nível da prevenção, como na resposta efetiva sobre o mesmo. Ao partilharem a sua experiência, negociarem e estabelecerem consensos sobre como proceder, estes agentes, bem como as instituições que representam, devem assumir a responsabilidade neste combate, tornando-o numa prioridade de mobilização social e, assim, contribuírem para a consciencialização dos cidadãos acerca deste fenómeno, para o seu reporte e para as suas implicações para a coesão social, para bem da vivência social em sociedade (e nas redes sociais) enquanto espaços seguros para todos, e em reforço dos valores de justiça social e democráticos que tanto prezamos.

Diferentes instituições são preponderantes no combate ao discurso de ódio, podendo assumir um papel ativo, tanto ao nível da prevenção, como na resposta efetiva sobre o mesmo. As instituições legais poderão contribuir com o seu *know-how*, no sentido de clarificar o contexto legal relacionado com discurso de ódio, para além de definir e garantir a aplicação de leis e regulamentos

[...] falta de consenso sobre o contexto legal nos países europeus relativamente à apreciação do discurso de ódio enquanto crime, mas também sobre como proceder ao seu reporte¹¹, gera incerteza sobre como tratar o discurso de ódio enquanto comportamento (in)tolerável.

que esclareçam o que constitui discurso de ódio, estabelecendo consequências para os ofensores. O papel das várias forças policiais é dos mais significativos, sendo responsáveis por garantir a aplicação das leis existentes, a monitorização e investigação ativa de denúncias de discurso de ódio, o estabelecimento de colaborações estreitas com a comunidade e incentivo à denúncia, e a prestação de apoio às vítimas. Também as universidades desempenham um papel crucial no combate ao discurso de ódio, uma vez que podem contribuir com a criação de conhecimento

sobre os processos implicados, tanto na adesão e disseminação do discurso de ódio, como na sua tolerância, e pelo mapeamento e caracterização do fenómeno, através da investigação, da educação e da partilha de conhecimento científico no domínio. Por sua vez, as organizações não-governamentais, com o auxílio no combate a este fenómeno, através do seu ativismo na sensibilização da comunidade para a sua existência e combate, e pela prestação de apoio psicossocial às suas vítimas. As entidades de comunicação social, com conhecimento sobre a definição de códigos de conduta que podem contribuir para desencorajamento da disseminação de discursos de ódio e para a conscientização social. As plataformas digitais constituem parceiros fundamentais nestas equipas, já que representam contextos de grande disseminação de discurso de ódio; são entidades centrais no combate a este fenómeno, ainda que estejam em progresso a implementação e atualização dos algoritmos para deteção e eliminação do discurso de ódio, assim como no desenvolvimento de normas de utilização claras e mecanismos visíveis de reporte que se afirmem como confiáveis e percebidos como eficazes^{4,5}. Por sua vez, as instituições de ensino desempenham um papel crucial na prevenção e controlo do discurso de ódio, ao incorporar projetos que promovam uma forte consciencialização sobre questões relativas à diversidade, respeito e tolerância desde as fases mais iniciais da formação¹¹.

Não obstante a contribuição especializada de todas estas instituições, é fundamental que assumam como missão ideológica a tolerância zero a fenómenos discriminatórios e violentos, que ponham em prática protocolos efetivos de atuação em situações de discurso de ódio e que promovam mecanismos de reporte efetivos no seu contexto e mais próximos dos seus atores. As instituições sociais devem, elas próprias, assumir valores e defendê-los, abdicando de isenção ideológica e contribuindo para o reforço de uma coesão sólida e inclusiva, sustentada no respeito pelos princípios de justiça e igualdade social, sob princípios democráticos e criadores de bem-estar social e de saúde mental de quem partilha estes contextos.

Conclusão

Em suma, o combate ao discurso de ódio não tem ainda uma resposta. É um verdadeiro desafio, uma demanda global, que requer um diálogo paritário entre diferentes culturas, diferentes plataformas, especialistas em direitos humanos, legisladores e outros empreendedores morais, instituições de educação e da sociedade civil, no sentido de encontrar um entendimento de base sobre como mapear e visualizar este fenómeno, assim como

no desenvolvimento e implementação de estratégias para a sua prevenção, controlo e combate. A necessidade do envolvimento e participação de todos estes atores e instituições neste diálogo é inquestionável, assim como o respeito por todos os contributos, a valorização de diversos saberes, e o compromisso assumido por todos para a preservação de espaços sociais seguros e uma vivência nestes espaços verdadeiramente livre e promotora de bem-estar comunitário, porque respeitadora de valores fundamentais de justiça, igualdade e democracia. ✨

REFERÊNCIAS

- ¹ Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia, FRA [2018]. Hate crime recording and data collection practice across the EU.
- ² Cervone, C., Augoustinos, M. & Maass, A. [2021]. The language of derogation and hate: Functions, consequences, and reappropriation. *Journal of Language and Social Psychology*, 40(1), 80–101. <https://doi.org/10.1177/0261927X20967394>
- ³ Chetty, N., & Alathur, S. [2018]. Hate speech review in the context of online social networks. *Aggression and violent behavior*, 40, 108-118.
- ⁴ Conselho da Europa & Instituto Português do Desporto e Juventude [2016]. Guia dos direitos humanos para os utilizadores da internet: recomendação CM-REC[2014] e exposição de motivos. <http://id.bnportugal.gov.pt/bib/bibnacional/1961745>
- ⁵ Djuric, N., Zhou, J., Morris, R., Grbovic, M., Radosavljevic, V., & Bhamidipati, N. [2015]. Hate Speech Detection with Comment Embeddings. *Proceedings of the 24th International Conference on World Wide Web*, 12798 LNLI (February), 29–30. <https://doi.org/10.1145/2740908.2742760>
- ⁶ European Union Agency for Fundamental Rights, FRA [2018]. Hate crime recording and data collection practice across the EU. Retrieved from https://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/fra-2018-hate-crime-recording_en.pdf
- ⁷ Exame Informática [2021]. Discurso de ódio online aumentou 20% durante a pandemia. Abril, 7. Retrieved from: <https://visao.pt/exameinformatica/noticias-ei/mercados/2021-11-7-discurso-de-odio-online-aumentou-20-durante-a-pandemia/>
- ⁸ ILGA Europe [2022]. Annual Review of the Human Rights Situation of Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex People in Europe and Central Asia. Retrieved from: <https://www.ilga-europe.org/files/uploads/2022/04/annual-review-2022.pdf>
- ⁹ INACH & VU University [2023]. How to deal with Harmful Hate-Speech – Policy Suggestions. Retrieved from: Policy Recommendations VU University Amsterdam students.docx (inach.net)
- ¹⁰ Keen, E., & Georgescu, M. [2016]. Manual para o combate contra o discurso de ódio online através da educação para os direitos humanos (R. Gomes [ed.]). Conselho da Europa.
- ¹¹ Latour, A., Perger, N., Salaj, R., Tocchi, C., & Viejo, P. [2017]. ALTERNATIVAS - Agir contra o discurso de ódio através de contranarrativas [C. Del Felice & E. Menno (eds.)]. Conselho da Europa.
- ¹² LLYC. [2023, October 9]. Analizamos el discurso de odio contra el colectivo LGTBIQ+ y le hacemos frente a través de 'Rainbot.' Retrieved from <https://www.llorenteycuenca.com/trabajo#slide-1>
- ¹³ Lusa [2023]. Alto-comissário da ONU preocupado com discurso de ódio e discriminação. *Jornal de Notícias*. Novembro 4. Retrieved from: <https://www.dn.pt/internacional/alto-comissario-da-onu-preocupado-com-discurso-de-odio-e-discriminacao-17281680.html>
- ¹⁴ Ruwandika, N., & Weerasinghe, A. [2018]. Identification of Hate Speech in Social Media. 18th International Conference on Advances in ICT for Emerging Regions (ICTer). doi:10.1109/ictcr.2018.8615517
- ¹⁵ Silva, P. [2018]. A Liberdade de Expressão nos Discursos do Ódio e a Dignidade da Pessoa Humana. Tese de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/45737/1/ulfd145094.tese.pdf>
- ¹⁶ United Nations [2019]. United Nations Strategy and Plan of Action on Hate Speech. Retrieved from: https://www.un.org/en/genocideprevention/documents/advising-and-mobilizing/Action_plan_on_hate_speech_EN.pdf
- ¹⁷ Weber, A. [2009]. Manual on hate speech. Council of Europe Publishing.



MARCA ENTIDADE EMPREGADORA INCLUSIVA 2023

A 4.^a Edição da Marca avaliou procedimentos desenvolvidos pelas entidades empregadoras nos anos de 2021 e 2022 e recebeu candidaturas entre os dias 2 de janeiro e 1 de março de 2023.

No final, foram 162 as candidaturas válidas, que correspondem a um universo de 99.448 pessoas trabalhadoras, entre as quais existem 3.251 pessoas com deficiência.

Concluídas as quatro etapas de análise das candidaturas, a Comissão de Peritos determinou a distinção de 54 entidades com a Marca Entidade Empregadora Inclusiva, das quais sete com a Menção de Excelência, pelas suas boas-práticas e resultados que se destacam em todos os domínios analisados.

Entidades Com Menção de Excelência

BIBLIOTECA LÚCIO CRAVEIRO DA SILVA

A Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, biblioteca de leitura pública de Braga, possui autonomia administrativa e financeira, com Estatutos próprios. É tutelada conjuntamente pela Universidade do Minho e pelo Município de Braga. Situada no centro histórico da cidade de Braga, tem como missão a nível distrital promover a leitura, preservar o património bibliográfico, divulgar informação e desenvolver com a comunidade os diferentes tipos de literacia.



Entre 2016 e 2022, celebrou dezoito acordos de cooperação com várias entidades parceiras locais ligadas à inclusão social e defesa dos direitos dos cidadãos, com deficiência ou incapacidade, no concelho de Braga. Utiliza uma comunicação preferencialmente em suporte digital, disponibilizando documentos e bibliografia em *braille* e áudio. Apresenta os serviços da Biblioteca em suporte áudio e vídeo, com recurso à Língua Gestual Portuguesa.

EL CORTE INGLÈS

Em 2017, a decisão da empresa começar a divulgar para o exterior o trabalho desenvolvido, no âmbito das suas práticas de gestão inclusiva, foi um marco importante. A partir desse momento e com



o primeiro reconhecimento como Entidade Empregadora Inclusiva, a empresa assume de forma determinante o seu compromisso em prol de uma sociedade mais plural e inclusiva. Entre os fatores que levaram à sua distinção, destaca-se o facto de 2,9% dos seus colaboradores terem um grau de incapacidade igual ou superior a 60%, trabalhando na Loja, Supermercados, áreas Administrativas, Serviço de Atenção ao Cliente, E-Commerce, Armazém, entre outras. Paralelamente, proporcionaram 79 estágios exclusivamente para pessoas com deficiência, sendo, para muitos, a porta de entrada na empresa.

INTERCONTINENTAL LISBON

A história do InterContinental Lisbon é rica e atribuída ao brilhantismo que reconhece aos colaboradores, que vê como o seu mais valioso capital. Na base da sua cultura organizacional está o foco em práticas ESG (Environmental, Social e Governance), assumindo a sustentabilidade como um pleno propósito e valor da sua Missão. Abraçam uma cultura diversa e inclusiva, dizendo que, sem ela, a Missão estaria incompleta.



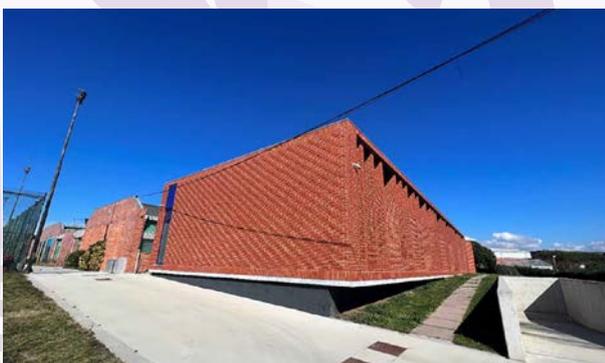
Através do programa interno «Welcoming Disability – a Diverse Approach», em cooperação, entre outros, com entidades parceiras como a CERC Lisboa, a Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa e o Agrupamento de Escolas António Gedeão, acolhem pessoas com deficiência ou incapacidade, com vista à sua integração socioprofissional e desenvolvimento pessoal.



JERÓNIMO MARTINS

A Jerónimo Martins SGPS é a holding que detém participações sociais maioritárias nas principais Companhias do Grupo em Portugal, Polónia e Colômbia. Sediada em Lisboa, tem como missão garantir o desenvolvimento e implementação de políticas transversais à organização, a consolidação dos resultados financeiros das várias companhias, a gestão da marca Jerónimo Martins e o alinhamento e partilha da visão estratégica do grupo.

Entre as suas boas-práticas, destacam-se o Programa Incluir, que tem como objetivo criar oportunidades de formação e contratação de pessoas com deficiência e/ou incapacidade, migrantes e refugiados e pessoas em situação social de risco, tendo resultado já em mais de 1.000 oportunidades de trabalho ou de formação, que se traduziram em cerca de 600 contratações.



MAPADI — Movimento de Apoio de Pais e Amigos ao Diminuído Intelectual

Da necessidade de dar resposta imediata à solicitação dos pais de cidadãos com deficiência, em abril de 1979, começou a trabalhar com 30 crianças com deficiência intelectual.

Atualmente, integra um Centro de Recursos para a Inclusão, com o objetivo de facilitar a inclusão de crianças e jovens com dificuldades ao nível da atividade e participação e apoiando mais de 100 alunos de escolas regulares, em áreas como a Psicologia, Terapia da Fala, Terapia Ocupacional, Hidroterapia, entre outras. Desenvolve projetos que promovem a inclusão social e profissional das pessoas com deficiência, como um serviço de catering inclusivo, um serviço de jardinagem, para prestação de serviços à comunidade, ou um serviço de lavagem manual de carros, com o objetivo de dar resposta a jovens com deficiência que concluíram a formação profissional na instituição.

MUNICÍPIO DA MOITA

A Câmara Municipal da Moita tem vindo a trabalhar para que o concelho seja cada vez mais inclusivo. Considerando que a inclusão de pessoas, quer com deficiência, quer em situação vulnerável é um direito humano fundamental, perspetivar a continuidade do trabalho para um futuro sustentável e inclusivo é uma premissa que não quer perder de vista. Por essa razão, ao nível da inclusão laboral, no campo das práticas de gestão inclusiva, estão integrados nos diversos serviços municipais pessoas em situação de desvantagem social. Esta integração contribui para uma melhoria das competências profissionais, mas também relacionais, comportamentais e sociais e modifica a vida do próprio e da família, pois permite a independência económica, a sua valorização e realização pessoal.



MUNICÍPIO DE ÍLHAVO

Intrinsecamente ligado à ria e inevitavelmente voltado para o mar, o Município de Ílhavo tem nesta ligação a sua principal característica, que o distingue dos demais quer pela sua geografia, quer pela sua História.

Do percurso do Município de Ílhavo fazem parte diversas preocupações, sublinhando-se: Produção de conhecimento; Sustentabilidade dos recursos naturais e climáticos; Inclusão e Cidadania.

Ao nível da Inclusão e Cidadania, o Município aposta na contratação e acolhimento de trabalhadores com incapacidade e deficiência, de forma a contribuir para a diminuição do risco de isolamento e exclusão social destas pessoas que, em condições normais, têm uma maior dificuldade de integração no mercado de trabalho.

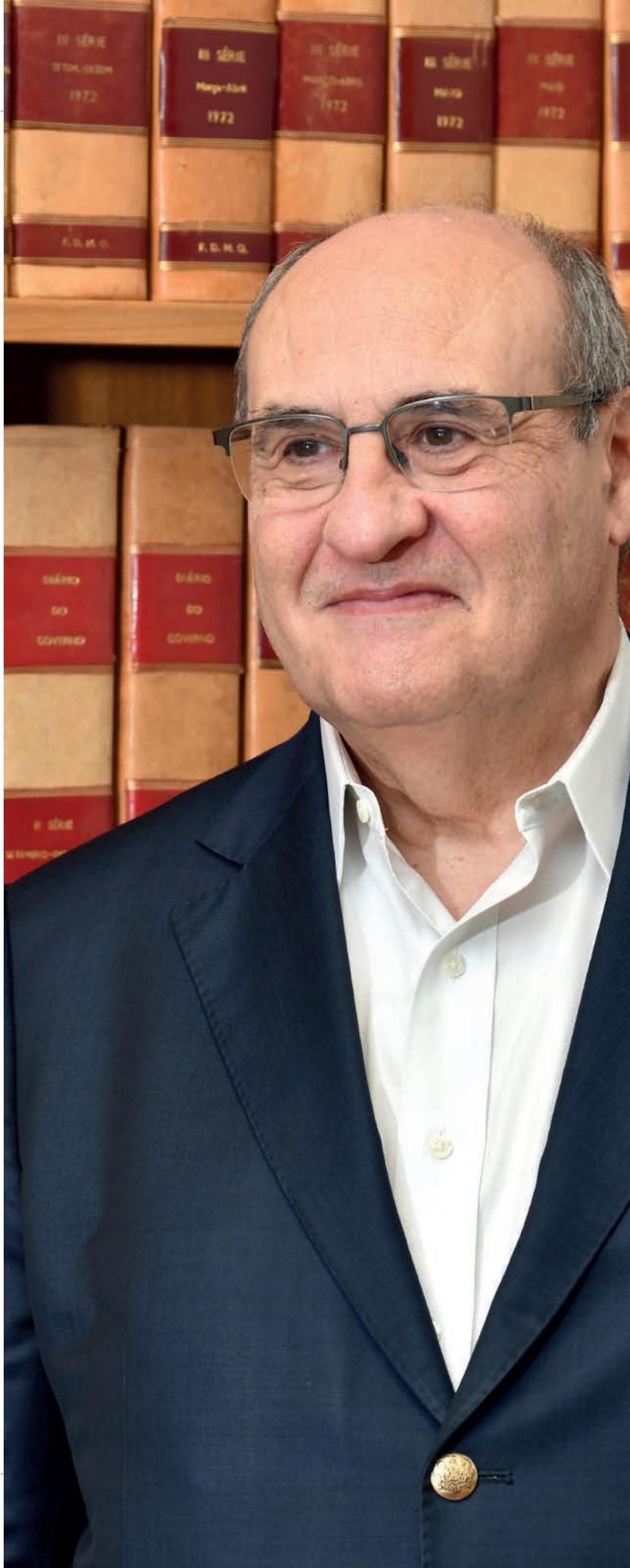


António Vitorino

António Vitorino nasceu em Lisboa, a 12 de janeiro de 1957. Licenciado em Direito e mestre em ciências jurídico-políticas, para além de advogado, foi também deputado da Assembleia da República e do Parlamento Europeu, onde presidiu à Comissão das Liberdades Cívicas e dos Assuntos Internos. Nomeado para várias funções governativas em diferentes Governos, foi Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, Secretário-Adjunto do Governador da região de Macau, Ministro da Presidência e Ministro da Defesa.

Em 1999, foi indicado para Comissário Europeu, sendo-lhe atribuída a responsabilidade pela Justiça e Assuntos Internos, cargo que exerceu até 2004. A 29 de Junho de 2018, foi eleito, pelos Estados-membros, Diretor-Geral da Organização Internacional para as Migrações (OIM), iniciando funções em outubro de 2018 para um mandato de cinco anos, que terminou a 29 de setembro de 2023.

A Dirigir&Formar entrevistou-o, para saber o que pensa sobre a problemática das migrações, que tão bem conhece.





Dirigir & Formar: Assumiu o cargo de Diretor-geral da Organização Internacional das Migrações (OIM) em 2018, um momento especialmente crítico, em que alguns países fecharam portas aos fluxos migratórios, ao qual se seguiu uma pandemia. Até que ponto esses contextos tornaram a sua missão ainda mais complexa?

António Vitorino: A pandemia por Covid-19 foi, sem dúvida, o momento mais crítico dos cinco anos em que assumi as funções de Diretor-geral da OIM. O Mundo parou de forma imprevista e sem qualquer precedente, mas mesmo neste quadro, os fluxos migratórios não pararam. O impacto do encerramento das fronteiras e dos confinamentos foi bastante assimétrico nos movimentos migratórios. As redes de passadores e traficantes de pessoas não pararam e os fluxos irregulares, em alguns casos, até aumentaram (chegaram a Itália, em 2020, quase o dobro dos que haviam chegado em 2019...) apesar das mais de 120.000 restrições emitidas pelos Estados no Mundo inteiro. Ao mesmo tempo, mais de três milhões de migrantes que estavam em deslocação no início da pandemia (muitos deles, aliás, regressando aos países de origem para neles enfrentarem a pandemia) ficaram bloqueados nas fronteiras que pretendiam atravessar.

D&F: A pandemia levou ao encerramento de fronteiras, bloqueando os fluxos migratórios. Após a reabertura, o volume de migrantes sofreu alterações em relação ao que ocorria até ao aparecimento da Covid-19?

AV: Os fluxos migratórios apresentam enorme flexibilidade e registam mudanças muito rápidas e, por vezes, imprevisíveis. Com o fim das restrições, algumas rotas mantiveram baixos níveis de pressão ao nível da pandemia (caso do Mediterrâneo Oriental) e outras registaram crescimento constante (o Mediterrâneo Central, a

travessia do Golfo de Aden para o Líbano e os países do Golfo, a rota do Atlântico oriunda da África Ocidental para as Ilhas Canárias, o fluxo proveniente da América Central e do Sul através da selva do Darien entre a Colômbia e o Panamá e o México em direção aos Estados Unidos). Neste panorama, confluem migrantes que ficaram bloqueados pela pandemia e migrantes que decidiram mover-se para responder aos impactos socioeconómicos da pandemia nos respetivos países de origem. Calcula-se que o número total de migrantes no presente momento seja de 281 milhões (cerca de 3% da população global do planeta), na prática, o mesmo número total que contabilizávamos em 2019, antes da pandemia.

D&F: O Pacto Europeu de Migração e Asilo tem como principal objetivo «estabelecer as normas mínimas para o tratamento de todos os requerentes de asilo e os pedidos de asilo em toda a Europa». Em setembro de 2020, a Comissão Europeia propôs a criação de um novo pacto, mas foram necessários quase três anos de negociações para que os 27 Estados-membros chegassem a um acordo sobre o documento, que ainda terá de ser aprovado no Parlamento Europeu. Quando é que este novo pacto poderá estar em vigor? E o que é que vai trazer de positivo para a Europa?

AV: A imigração e o asilo tornaram-se particularmente controversos entre os Estados-membros da União Europeia, em larga medida pela relevância destes temas nas respetivas políticas internas, alimentada pelo crescimento de forças políticas populistas, e muitas vezes racistas, que apresentam os migrantes (o «outro», o que «é diferente») como a causa de todos os males sociais. Infelizmente alguns políticos do «mainstream» têm também cedido a esta retórica, de fazer dos imigrantes «bodes expiatórios» dos problemas sociais com que os países se defrontam. A



existência de um quadro normativo comum europeu, adaptado às realidades dos movimentos migratórios e dos refugiados, é imprescindível, quer pela necessidade de enfrentar estes desafios na base da cooperação internacional, designadamente com os países de origem e de trânsito, quer para preservar o espaço de livre circulação de Schengen, que exige tanto a garantia da integridade das fronteiras externas comuns da União, como regras de solidariedade entre os Estados--membros, na partilha de responsabilidades no acolhimento dos migrantes e refugiados que chegam à Europa.

A expectativa é a de que a aprovação dos instrumentos legislativos ocorra da parte do Parlamento Europeu até ao final da presente Legislatura (a última sessão plenária deverá ter lugar em abril próximo).

D&F: As crises humanitárias estão a tornar-se cada vez mais longas, com algumas a durarem mais de dez anos, e com isso aumenta a necessidade de mobilidade das populações. São conflitos, alterações climáticas, pobreza... Como é que se convencem os países que hesitam em abrir as portas a estas pessoas a fazê-lo?

AV: As causas da mobilidade são muito diversificadas e em muitos casos convergem vários fatores. Dos quinze países mais afetados pelas alterações climáticas, doze deles conhecem também conflitos, sendo impossível isolar em cada caso individual a razão da deslocação das pessoas. Quando o movimento das pessoas pode ser identificado como reportando-se aos motivos que legitimam a aplicação da proteção internacional constantes da Convenção de Genebra de 1951 (risco de perseguição por vários elementos que ponha em causa a vida da pessoa), os Estados têm a obrigação de proteger essas pessoas. Já no caso daqueles que são forçados a deslocarem-se como consequência das alterações climáticas, não existe obrigação internacional equivalente, até porque a maioria destes «deslocados climáticos» (23 milhões de pessoas em 2022) o fazem dentro do mesmo país, de uma região para outra, sem atravessarem uma fronteira internacional. Estas pessoas, designadas pela sigla IDPs em inglês (*internally displaced people*), estão numa zona cinzenta: não são imigrantes porque estão deslocados no seu próprio país; não são refugiados porque as causas da sua deslocação não cabem na previsão da obrigação de proteção internacional da Convenção de Genebra; mas são pessoas que carecem de urgente ajuda humanitária, que muitas vezes os respetivos Estados não podem ou não pretendem dispensar-lhes. Daí a relevância da Agenda do Secretário-Geral António Guterres para criar uma plataforma de cooperação que responda a este fenómeno crescente, na base da cooperação e solidariedade internacional.

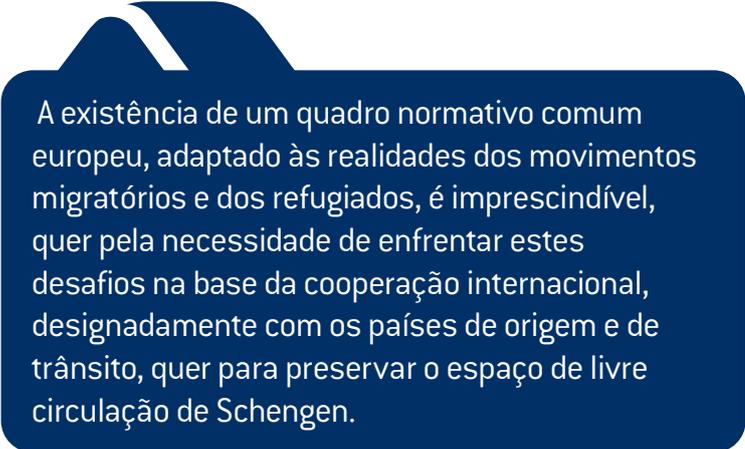
D&F: Já o ouvimos dizer, noutras entrevistas, que o sucesso e o insucesso da integração dos imigrantes se joga a nível micro, no local de trabalho, no acesso aos cuidados de saúde ou à educação. Que medidas são necessárias para diminuir a estigmatização destas pessoas?

AV: A integração dos migrantes nas sociedades de acolhimento é uma via de duplo sentido: é exigente para quem tem de se adaptar a um novo quadro de vida, tal como o é para as comunidades que os acolhem e que são confrontadas com novos

protagonistas na vida coletiva, com hábitos e culturas distintas e diferentes. Logo, não é «um momento», mas sim «um processo» continuado no tempo. A interação ocorre diariamente nos locais de trabalho, no acesso aos serviços públicos, nas zonas de habitação. Para que tal interação decorra sem tensões nem atritos, o diálogo e a compreensão mútua são fundamentais. Desde logo, a aprendizagem da língua do país de acolhimento por parte dos migrantes. Mas também a mobilização para a integração das entidades relevantes (os empresários e os sindicatos, as escolas, as organizações não governamentais, as próprias associações formadas pelos migrantes). Não há «fórmulas mágicas» de integração, mas sim experiências de sucesso de integração, que servem como fonte de inspiração e reflexão.

D&F: Mas a migração é uma questão altamente polarizadora em muitos países. Como podemos promover um diálogo construtivo e equilibrar a segurança das fronteiras com a proteção dos direitos dos imigrantes?

AV: A imigração irregular tem de ser prevenida e combatida através de um conjunto de mecanismos que não se resumem ao controlo de fronteiras. O controlo de fronteiras é sem dúvida imprescindível, mas convém compreender que cerca de 70% dos imigrantes que se encontram em situação irregular nos países de destino não entraram neles de forma



A existência de um quadro normativo comum europeu, adaptado às realidades dos movimentos migratórios e dos refugiados, é imprescindível, quer pela necessidade de enfrentar estes desafios na base da cooperação internacional, designadamente com os países de origem e de trânsito, quer para preservar o espaço de livre circulação de Schengen.

irregular. São os que designamos como *overstayers*, ou seja, pessoas que ficaram para além do prazo de permanência autorizado legalmente. As entradas irregulares são, em regra, organizadas por redes de passadores e de traficantes de pessoas, que constituem organizações poderosas (e muito lucrativas), que têm de ser combatidas nos países de origem e de trânsito dos migrantes, através da mobilização de várias instâncias do Estado de Direito (polícias, magistraturas, serviços de informações) e sempre em estreita articulação com esses países terceiros de proveniência ou de passagem. Em qualquer caso, os migrantes, mesmo em situação irregular, têm de ver a sua dignidade humana e os seus direitos fundamentais respeitados, quer pelos serviços de controlo de fronteiras, quer pelas autoridades policiais e judiciais. Durante a pandemia, colocou-se com particular acuidade a questão do acesso dos imigrantes aos cuidados de saúde, independentemente do seu estatuto legal. A evidência prova que restringir esse acesso aos imigrantes em situação regular constitui, não apenas uma violação do direito fundamental à saúde, mas também uma vulnerabilidade acrescida da toda a comunidade na prevenção da circulação do vírus e na luta contra a doença (em especial o acesso à vacinação).

D&F: Tem-se falado muito da situação na Ucrânia e da migração que originou, gerando uma enorme onda de solidariedade dentro da Europa, mas há outras situações mundiais, também muito críticas,

A integração dos migrantes nas sociedades de acolhimento é uma via de duplo sentido: é exigente para quem tem de se adaptar a um novo quadro de vida, tal como o é para as comunidades que os acolhem e que são confrontadas com novos protagonistas na vida coletiva, com hábitos e culturas distintas e diferentes.

que não têm sido percecionadas da mesma forma. A que se devem essas diferenças de tratamento?

AV: Boa pergunta. A invasão da Ucrânia pela Rússia deu origem a um fluxo de quase oito milhões de pessoas, que saíram daquele país e procuraram proteção nos países da União Europeia. A União Europeia (e bem!) decidiu aplicar-lhes um regime jurídico de proteção temporária (que havia sido aprovado em 2000, por minha proposta, quando fui Comissário da Justiça e dos Assuntos Internos). Lamentavelmente, tal regime de proteção temporária (concebido precisamente para casos de afluxo massivo, como foi a situação dos ucranianos em fuga em 2022) não foi acionado em 2015, quando cerca de um milhão de sírios chegou à União Europeia. Nunca percebi a relutância em recorrer a este mecanismo nessa altura... Mas mais vale tarde do que nunca! Naturalmente, não nos podemos surpreender que em muitos lugares do Mundo os europeus sejam acusados de dois pesos, duas medidas...

D&F: O mundo continua a mudar rapidamente. Na sua opinião, quais são as principais áreas em que governos e organizações se devem concentrar para abordar de maneira eficaz os desafios associados à migração e à mobilidade humana?

AV: Nenhum país por si só pode enfrentar os desafios que os movimentos migratórios colocam hoje e seguramente colocarão nos tempos mais próximos. Logo, sem cooperação internacional, não poderemos encontrar respostas que garantam a regulação dos movimentos migratórios no respeito pela segurança e dignidade dos migrantes. Essa é a pedra angular do Pacto Mundial de Migrações Regulares, Ordenadas e Seguras adotado pelas Nações Unidas em 2018. Essa cooperação, para ter sucesso, tem de focar-se, não apenas na componente securitária e na luta contra a imigração irregular, mas também na regulação dos fluxos de migração regular, abrindo vias de imigração que correspondam às evidentes necessidades de mão de obra dos países de destino (muitos deles em processo acelerado de envelhecimento) e garantam que aqueles que pretendem

imigrar não têm de o fazer recorrendo a passadores e traficantes, correndo sérios riscos de vida e expondo-se à violação de direitos fundamentais em situações de violência, abuso e exploração. Fazer das migrações um *triple win* (para os migrantes, para os países de origem e para os países de destino) exige cooperação na regulação dos fluxos que se foque, quer nas causas profundas da imigração ligadas à situação dos países de origem, quer nos limites da capacidade e das condições de integração nos países de destino. O desafio está em encontrar o justo ponto de equilíbrio entre estes diferentes vetores...

D&F: A interculturalidade desempenha um papel fundamental no contexto da migração. Como vê a importância do diálogo intercultural na promoção da harmonia social e na construção de comunidades mais inclusivas?

AV: Sou o primeiro a reconhecer que a imigração é um fator relevante para a coesão social das comunidades de acolhimento. A diversidade cultural que a imigração traz enriquece as comunidades onde se insere, mas, ao mesmo tempo, testa a coesão e a capacidade dessas comunidades integrarem distintas formas de expressão. A base comum de partida tem de ser, claro, a igualdade de todos perante a lei. Essa igualdade não impede que distintos grupos se identifiquem em função de padrões culturais e hábitos de vida próprios. Nesse diálogo entre culturas, há sempre zonas de tolerância e zonas de intolerância. Logo, é através do diálogo aos diferentes níveis (na zona de residência, nos locais de trabalho, nas escolas) que as balizas da tolerância/intolerância são testadas e que é possível melhor identificar o que todos temos em comum como seres humanos e como podemos beneficiar conjuntamente da diversidade cultural. Numa perspetiva mais económica, será talvez oportuno recordar que, segundo números oficiais, os (720 mil) estrangeiros residentes em Portugal contribuíram, até final de agosto, com mil e setecentos milhões de Euros para o sistema de segurança social português. A este facto também se pode chamar coesão social!



D&F: Na sua opinião, quais são os principais desafios e oportunidades que surgem da convivência de diferentes culturas em sociedades cada vez mais diversificadas? Como podemos tirar o melhor proveito da diversidade cultural para benefício de todos?

AV: São muitos os casos, mas poderei citar, apenas a título de exemplo, o da diversidade na gastronomia. A diversidade de experiências gastronómicas associadas às diferentes comunidades de migrantes que se têm estabelecido no nosso país amplia a nossa liberdade de escolha e em nada põe em causa a riqueza da nossa própria gastronomia. O mesmo podemos dizer da oferta cultural, onde o diálogo entre culturas (em especial quando se partilha ou nos exprimimos na mesma língua) e a partilha de formas de expressão acabam por gerar formas de criação únicas e originais, provavelmente impossíveis se as migrações não proporcionassem esse caldo de cultura comum quotidiano. ✖

O Caso Mouraria

Junta de Freguesia de Santa Maria Maior

AUTOR: Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior FOTOS: Cedidas pela JFSM

Lisboa, cidade aberta. Porto de partidas e chegadas. Por isso a história construiu-a como pólis do mundo, recetora que se foi tornando plural – um modelo atlânticamente expandido nos mapas. Assim continua, aberta, mas mais ciente de uma diversidade que não se separa da identidade provinda dessa comunhão histórica.

No seu centro a cidade «aconteceu». Retornou e reconquistou-se, foi crescendo, erguendo-se dos desgastes dos tempos até ser referência coetânea de uma Europa madura. No centro da cidade fica-se a conhecê-la melhor. Santa Maria Maior é mais do que a tradução dessa centralidade: pulsa Lisboa, é-lhe o coração. Como um bom exemplo de artérias de onde se vê aquilo que faz de Lisboa uma cidade diferente, que mistura a história com o novo – ainda que, por vezes, esse contraste se junte. Quando, em 2013, fui eleito pela primeira vez Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, logo entendi a necessidade de envolver esse diálogo múltiplo: este território continuava a mostrar-se como leal exemplo da abertura cidadina. Como bom conhecedor da cidade, não deixei de entender melhor os sinais de tantas expressões que a geografia distancia, mas que esta Freguesia aproxima. Uma «aculturação» que sinonimiza respeito pelas outras culturas e que, julgo,

também é dever de um Presidente de Junta.

Mas não é preciso olhar para o outro se também há diferenças entre nós. Boas, entenda-se; Aqui, Santa Maria Maior volta a significar-se como espelho da cidade: no vale das colinas temos a Baixa-Pombalina, a movida do comércio, os cursos literários de Pessoa e de Eça, o itinerário da história de tudo. Até que passeamos no Chiado, onde está o Pessoa da Baixa ao lado da Ópera Nacional e da erudição do bairro. Mas Santa Maria Maior tem outros: a ladear o Castelo da cidade, que honra São Jorge e as suas lutas, estão duas testemunhas da fundação lisboeta: Alfama, de caras para o Rio, e a Mouraria, que no começo da encosta ficou de caras para a cidade inteira, tantas vezes recolhendo-a ao ponto de lhe saber tudo. Nada se fez que a Mouraria não visse. Hoje, ao percorrê-la, bem se presente a multiplicidade de que tanto se tem falado. E tão importante como o respeito que se lhe deve dirigir será a análise à coincidência social entre culturas: o choque, a existir, só deve servir positivamente para ser absorvido. O meu contributo sempre foi nesse sentido.

A Mouraria foi berço do Fado. À sua porta, na rua que tem o nome do próprio bairro, a eternização da guitarra em pedra é o sinal desse direito: não poderia existir melhor forma de dar







as boas-vindas. Por ali cantou Maria Severa Onofriana, a personagem mítica da primeira voz da canção, e nasceria aquele que muitos popularizaram como o «Rei do Fado», Fernando Maurício. Nas noites boémias e fadistas deste bairro que acompanharam a passagem dos séculos XIX e XX, a Mouraria já carregava em si o peso de outros séculos, de outros povos. Outras narrativas da história. Talvez até, nesses recantos do fado, este bairro já estivesse prestes a

adivinhar o que seria hoje. Tanto que, a falar-se da diversidade cultural de Lisboa, logo surge como protagonista.

De uma forma aberta (como a cidade fez!) manifestei-me sempre disponível para ouvir, dialogar e participar junto de todas as comunidades, partilhando com os seus representantes as preocupações e desafios, mas igualmente revelando a disponibilidade desta Junta de Freguesia para ajudar nos processos de integração e para ser um

agente contributivo para a ambiência social. Esta postura sempre se refletiu nas intenções dessas comunidades. A sintonia sempre existira. A cooperação sempre fora mútua. Mas não se poderia esperar que um processo desta dimensão sociológica não incluísse dificuldades: visionando a história, terão sido da mesma natureza daquelas que a vaga de emigrantes portugueses sentira a meio do século XX – porque essa abertura também se fez, afinal, de



dentro para fora, transportando a nossa realidade para os outros países. Hoje, vários são os cidadãos dessas nacionalidades que se debatem com problemas estruturais, como a procura de emprego, e que se repercutem na estabilidade familiar. Nos esforços desta resposta, contamos com o desempenho do nosso Gabinete de Empreendedorismo Social, que de forma assídua presta ajuda na elaboração de candidaturas laborais e na formação habilitacional, sendo

igualmente importante ressaltar o trabalho desenvolvido por entidades de forte relação e acompanhamento comunitário, que auxiliam imigrantes em questões formais, técnicas e burocráticas e que são imprescindíveis para a sua correta integração. A Associação Renovar a Mouraria é uma dessas entidades preponderantes de que a Junta de Freguesia se orgulha de ter no seu território, tendo-a como parceira estratégica neste trabalho complexo. Mas o nosso

A Associação Renovar a Mouraria é uma dessas entidades preponderantes de que a Junta de Freguesia se orgulha de ter no seu território, tendo-a como parceira estratégica neste trabalho complexo.





Por ter um bairro tão especial como a Mouraria, Santa Maria Maior tem, também por isso, uma grande responsabilidade na defesa dos valores interculturais, que não poucas vezes se ultrapassam para os valores humanitários.

papel é mais incisivo: nunca deixámos de viabilizar, dentro das nossas competências, todas as ações culturais e religiosas destas comunidades, que decorrem com espírito cívico e respeitabilidade. Enquanto Presidente de Junta, tive a honra de ser convidado para algumas, presenciando ritos e cultos que em nada se opõem aos valores societários que tanto gostamos de preservar. Pelo contrário: cabe-nos a responsabilidade de unir esforços para integrar essas características e ideias nas nossas. Caso

todos o façamos, estou convicto de que encontraremos mais pontos de união do que aqueles que alguns teimam em negar – ora por obstinação, ora por falta de lidação social.

Por ter um bairro tão especial como a Mouraria, Santa Maria Maior tem, também por isso, uma grande responsabilidade na defesa dos valores interculturais, que não poucas vezes se ultrapassam para os valores humanitários. Se o direito à habitação sempre foi uma luta política que cheguei a travar sozinho, mais tarde não deixei de a estender aos cidadãos de todas as comunidades emigrantes – alertando para as situações desumanas em que bastantes deles vivem e que chegam a gerar episódios catastróficos. Perante situações destas, não existem nações ou etnias. Existem pessoas com direito à sua dignidade. E até contrapondo-se a um determinado mito que se tenta apegar aos cidadãos emigrantes, a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, e eu pessoalmente, temos exemplos felizes quanto ao respeito e dedicação destes cidadãos ao nosso país e à nossa cidade. Na atividade comercial, que muitas vezes se assimila com facilidade nas redes locais do bairro, existem excelentes exemplos de integração que são reconhecidos pela vizinhança (o mesmo se constata no ramo hoteleiro, por exemplo). Mais recentemente, e querendo dar resposta a uma necessidade efetiva de colaboradores na área do espaço público, demos a oportunidade de trabalho a vários cidadãos provenientes do continente asiático. Integradas e motivadas, estas pessoas fazem parte da nossa sociedade. Orgulho-me desta decisão. Mais do que uma filosofia, a nossa Freguesia demonstra todos os dias o respeito pela diferença, percorrendo os caminhos da igualdade. Uma freguesia aberta, como a cidade. O coração dessa Lisboa plural. ✖

Inovação no Desenho de Políticas Públicas:

o caso das OIL da Amadora

AUTORAS: Vanessa Carvalho da Silva, Joana Correia e Inês Santos, Investigadoras do ISCTE – Instituto para as Políticas Públicas e Sociais.

Introdução

O foco do presente artigo recai sobre a abordagem metodológica e estratégica que esteve na base de desenho do plano de ação relativo às Operações Integradas Locais (OIL) da Amadora, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), nas freguesias Encosta do Sol e Mina de Água. Note-se que estamos perante duas freguesias alvo de uma miríade de projetos de intervenção social ao longo do tempo, apesar de se verificar a persistência dos principais problemas que estiveram na sua origem. Foi, desde logo, uma solicitação do próprio Município uma abordagem inovadora, interdisciplinar e diferenciadora, interligando diferentes áreas (educação, desporto, social, cultura, cidadania) e diferentes parceiros.

A partir desta orientação, a equipa coordenada por Paulo Feliciano, e composta por um conjunto de investigadores do Iscte, Instituto para as Políticas Públicas e Sociais (IPPS), foi para o terreno com o propósito de diagnosticar a realidade das duas freguesias. Após esta etapa, e perante os seus principais resultados, foi desenhado um plano de ação para responder aos desafios identificados no território: multiculturalidade e dificuldades no domínio da língua portuguesa, baixos níveis de qualificação da população adulta; número significativo de jovens NEET¹; parca participação em atividades culturais e desportivas; baixos níveis de rendimento; isolamento da população idosa; número expressivo de famílias monoparentais. Estamos, por isso, perante um território com diversos desafios no que à inclusão social diz respeito.

Este artigo visa, por isso, dar conta das diferentes etapas e resultados que este trabalho inovador de desenho de políticas públicas trouxe às comunidades do Município da Amadora.

¹ Jovens NEET: «Not in Employment, Education or Training», ou seja, jovens que não se encontram a trabalhar, a estudar ou em formação.



Cunha, A. (Fotógrafo):
Quorum Ballet, Amadora
In: *A cidade que não existia :
Amadora 1970-2020*, p. 12.



Metodologia

A condução do processo de participação das comunidades locais na preparação do Plano e a sua mobilização procurou atender a dois critérios essenciais: coerência e consistência. A coerência foi uma preocupação constante em toda a estratégia de comunicação, motivo pelo qual todas as fases de elaboração deste Plano foram informadas por um diagnóstico prévio, ao mesmo tempo que todas as etapas de participação e comunicação foram contribuindo para o seu aprofundamento e consolidação. Esta articulação permitiu identificar os *gaps*, processos e atividades que precisavam de ser melhorados, bem como dimensões críticas e oportunidades relativamente aos contextos sobre os quais se pretendeu intervir.

No que concerne à consistência, os momentos de auscultação dos atores municipais responsáveis pela coordenação e intermediação de políticas, dos atores com atividade mais enraizada no contexto local e das próprias comunidades, procuraram seguir uma linha comum relativamente à informação a recolher e aos conteúdos a discutir de forma colaborativa. Por um lado, procurou-se captar as limitações e as áreas prioritárias de intervenção e, por outro, identificar as oportunidades e as melhores práticas já existentes em cada dimensão de ação. Esta opção permitiu, numa primeira instância, captar o que já se fez e o que se continua a fazer nas freguesias em análise, sinalizando as áreas a descoberto e os problemas que careciam de resposta prioritária.

O processo de participação foi desenhado a partir de uma estratégia de Investigação-Ação que integra uma multiplicidade de metodologias (quantitativas e qualitativas) e técnicas de pesquisa, e que é concebida como uma abordagem mais interventiva. Organizadas em diferentes momentos, as técnicas utilizadas neste processo tiveram em linha de conta o tipo de atores e fases da elaboração do Plano de Ação, variando entre a análise documental, entrevistas semiestruturadas, grupos focais, *workshops* e reuniões de trabalho. O processo contou, ainda, com uma visita às freguesias por parte da equipa responsável pelo Plano, com o objetivo de conseguir um conhecimento mais aprofundado do território, nomeadamente da especificidade dos contextos sociais e urbanísticos.

Esta opção metodológica foi permitindo uma devolução consistente dos resultados apurados ao longo de todo o processo. Através deste diálogo foi possível, também, trabalhar a tomada de consciência da atuação dos parceiros num cenário mais alargado, para lá dos limites das suas áreas de intervenção, potenciando a sua articulação. A partilha proporcionada pelos diferentes momentos de auscultação permitiu, ainda, desenvolver um sentimento de pertença destas comunidades. A estratégia implementada levou, por isso, a uma discussão e identificação de diferentes abordagens

para uma resposta integrada e bem-sucedida em cada eixo de intervenção do Plano de Ação, suportada por uma conceção partilhada dos diferentes desafios e oportunidades locais.

Resultados

Atendendo a que estamos perante uma abordagem metodológica que procurou responder à especificidade da cada freguesia, os resultados aqui apresentados sintetizam as principais linhas que resultaram do diagnóstico e que nortearam o desenho do plano de ação construído para as freguesias da Encosta do Sol e da Mina de Água, do município da Amadora. Em ambas as freguesias, os resultados dão conta de comunidades multi-culturais, em que a diversidade e multidimensionalidade dos problemas, bem como a sua interdependência, estão na origem de fenómenos sociais complexos.

Algumas das principais características diferenciadoras destas duas freguesias são, por exemplo, o isolamento do bairro do Casal da Mira da Encosta do Sol, a maior escassez de recursos e um maior afastamento deste bairro de serviços da Junta de Freguesia. Na freguesia da Mina de Água, sublinha-se a difícil convivência entre as várias culturas e diferentes origens socioeconómicas da população residente no bairro da Boba. Estas são características que têm dificultado a intervenção social, e que têm conduzindo a uma perpetuação e aprofundamento dos seus problemas.

Não obstante, as duas freguesias partilham de algumas das principais dimensões no que às suas condições gerais de existência diz respeito. Assim sendo, procurou-se que os projetos respondessem às características que têm em comum, entre as quais se destacam:

Resultados do diagnóstico	Projetos/Promotores
O envelhecimento da população , combinado com um contexto de carência económica e isolamento social, priva muitos do acesso a serviços essenciais no domínio da saúde e restringe o acesso a recursos básicos de qualidade de vida.	Saúde para todos/ Santa Casa da Misericórdia Clínica Solidária/ Associação de intervenção comunitária, desenvolvimento social e de saúde, AJPAS
O significativo peso da pertença a minorias étnicas , os baixos rendimentos e a fraca mobilidade promovem contextos sociais segregados que limitam o acesso a serviços de interesse geral, dificultam a participação no mercado de trabalho, restringem a participação em atividades culturais e desportivas e, mais amplamente, o exercício da cidadania. Inscreve-se neste contexto o relevante peso dos núcleos habitacionais desqualificados e que se constituem como bolsas de pobreza e de exclusão social.	CulturArte.pt/ Câmara Municipal da Amadora /CMA Construção do campo desportivo da REN/ CMA Festival Sabores do Mundo/ Associação Crescer
As comunidades abrangidas caracterizam-se por um desempenho desfavorável em indicadores-chave do sistema educativo (níveis médios de escolaridade, peso de baixas qualificações em segmentos etários jovens da população, número de alunos matriculados, resultados escolares, entre outros), fragilizando as oportunidades em termos de emprego, mas também de participação cívica e acesso a bens culturais. A relevância que assume o problema dos jovens NEET é um resultado disso mesmo.	#Pulo: Projeto de dinamização da dança em contexto escolar/ AOK – Associação Quorum Cultural Academia STEAM@Amadora/ Iscte Meta Digital Amadora Qualifica – Aprendizagem ao longo da vida/ Centro Qualifica do Município da Amadora #Faz um Like ao teu talento e participa/ Aproximar, Cooperativa de Solidariedade Social
A relevância que a população migrante assume reflete-se em desafios acrescidos para o contexto escolar , no acesso a serviços e recursos e, mais amplamente, na própria coesão social da comunidade.	HUB de serviços de proximidade/ Amadora INOVA Programa Municipal de Literacia de Adultos/ Centro Qualifica do Município da Amadora
A fragilização das dinâmicas de participação no mercado de trabalho penaliza o acesso ao rendimento e, conseqüentemente, o acesso a melhores condições de vida e oportunidades de desenvolvimento pessoal e familiar. De referir que as freguesias se caracterizam por um elevado n.º de agregados familiares que se encontram a receber Rendimento Social de Inserção e Ação Social Escolar.	Aprendizagem profissional/ Aproximar, Cooperativa de Solidariedade Social Amadora Cresce Contigo/ AJPAS
O dinamismo económico na comunidade abrangida é penalizado pela predominância da função residencial e pela própria dinâmica ao nível do número de empresas e do volume de negócios verificado no concelho. A presença relevante de empresas do cluster da saúde e das TIC constitui um potencial de especialização do concelho que pode contribuir positivamente para a resposta aos problemas de emprego (e rendimento) que afetam a comunidade abrangida.	Qualificação digital/ Iscte Meta Digital
Embora com um quadro de insuficiente participação, a dimensão cultural e artística encontra no concelho projetos de referência que permitiram reforçar capacidades e constituem espaços consolidados para o reforço da ação neste domínio. O Festival de Banda Desenhada, o Quórum Ballet e a Orquestra Geração [projeto bandeira da intervenção em comunidades desfavorecidas por via da expressão artística] constituem os principais exemplos neste domínio, que devem inspirar a proposta incluída no Plano de Ação.	Festival Sabores do Mundo/ Associação Crescer

Os domínios de problema aqui sintetizados são, em grande medida, comuns aos dois territórios considerados nas OIL do Concelho da Amadora, embora não afastem as suas especificidades que, em sede de diagnóstico, se explicitam. Esses domínios permitiram, contudo, situar um conjunto comum de problemas e áreas de ação que ajudaram a estruturar a abordagem estratégica para o Plano. Dessa forma, surgiu um dos princípios organizativos considerados no desenvolvimento da proposta de ação, o da abordagem transversal e intercomunicante dos projetos considerados e supra enunciados.

Conclusões

Neste artigo, procurou-se explicitar a abordagem seguida na construção do Plano de Ação que influenciou as Operações Integradas Locais da Amadora, nas Freguesias da Encosta do Sol e da Mina de Água.

O diagnóstico realizado permitiu tirar algumas conclusões sobre a situação socioeconómica e cultural de ambas as Freguesias, tendo permitido orientar a estratégia de ação. Esta auscultação permitiu referenciar a complexidade dos problemas vividos e experienciados por estas comunidades, que se interligam. Ambas as comunidades enfrentam problemas relacionados com a carência económica, baixos rendimentos, os desafios do mercado de trabalho e a falta de dinamismo económico, mas também a pertença a minorias étnicas (fruto da presença significativa de migrantes) e a fragilidade do sistema educativo (nomeadamente, na integração destes migrantes e na aprendizagem da língua portuguesa como forma de integração na comunidade).



Figura 1 – Grandes domínios de aposta estratégica

O Concelho da Amadora está sujeito a um conjunto de vulnerabilidades várias, que se refletem na inclusão dos grupos mais vulneráveis, nomeadamente na necessidade de integrar a população imigrante. Os dados dos Censos de 2021 indicam que 19.198 pessoas residentes na Amadora [11,2% do total da população] tinham nacionalidade estrangeira. Igualmente de acordo com a mesma fonte, 17.290 pessoas [10,1% do total da população] eram naturais de países estrangeiros, podendo ou não ter nacionalidade portuguesa. A diversidade de origens multiculturais do concelho é um fenómeno transversal, encontrando-se mais de 50 línguas faladas no território.

Tendo por base este território multicultural, foi possível identificar um conjunto de problemas que afetam estas populações, destacando-se a dificuldade no domínio da língua portuguesa (um desafio transversal às famílias, abrangendo crianças, jovens e adultos). Esta dificuldade da língua extravasa os adultos, já se fazendo sentir na escolaridade obrigatória. Muitas vezes, estes públicos, pela sua situação precária (sem vistos) ficam à margem da intervenção das instituições locais, tornando mais difícil a formação do português, contribuindo para a dificuldade de integração na comunidade. Além dos problemas com a população imigrante, o concelho também lida com o impacto dos refugiados.

Com base nesses desafios, uma estratégia de ação foi desenvolvida, focada em três áreas (a Inclusão, a Qualificação e o Rendimento) e num conjunto de cinco objetivos, tal como se pode verificar nas Figuras 1 e 2, enfatizando o objetivo de tornar o território mais inclusivo, qualificar a população e criar oportunidades de rendimento para combater a exclusão social.

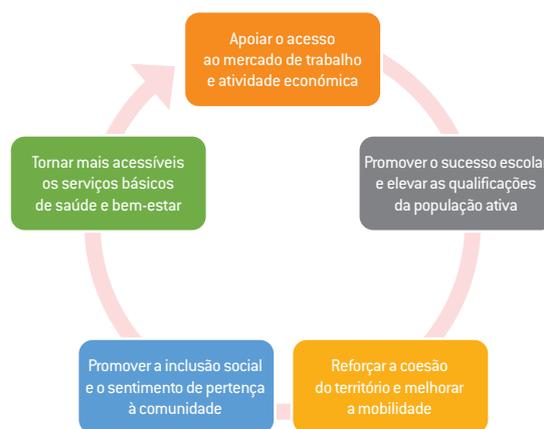


Figura 2 – Principais objetivos da estratégia

Da necessidade de construir uma abordagem integrada para alcançar resultados eficazes, para cumprir esta estratégia e tornar o território mais inclusivo, foram construídos um conjunto de projetos inovadores, com base em novas parcerias, envolvendo vários atores e metodologias de intervenção inovadoras. Tendo

em conta os problemas descritos, foram desenhados um conjunto de projetos que reforçam a necessidade de uma inclusão intercultural, começando, desde logo, pela educação, mas também noutras áreas (como, por exemplo, na cidadania, na cultura e criatividade), como é possível verificar no seguinte quadro:

Projetos / Eixo	Público-Alvo	Objetivos
Academia STEAM@Amadora/ Educação	Crianças e jovens em idade escolar	Capacitar professores para a integração de recursos educativos digitais no processo de ensino e de aprendizagem, promovendo o sucesso educativo.
		Criar um Laboratório STEAM num Agrupamento de Escolas, capacitando e aproximando alunos/as e professores/as destas competências.
		Impulsionar o prosseguimento de percursos educativos e profissionais associados à área das STEAM, melhorando a médio e longo prazo a inserção profissional e a integração social dos jovens.
		Promover o sucesso escolar em áreas como a matemática, ciências e tecnologias.
AMADORA QUALIFICA – aprendizagem ao longo da vida / Educação	População jovem ativa, dos 18 aos 35 anos, com uma escolaridade igual ou inferior ao 3.º Ciclo do Ensino Básico, que não esteja nem a trabalhar, nem a frequentar modalidades de educação e formação.	Alargar os serviços de orientação e encaminhamento para uma aprendizagem que deve acontecer ao longo da vida, permitindo que a população ativa jovem pouco escolarizada possa usufruir de um apoio técnico especializado e de um trabalho de reconhecimento e aquisição de competências transversais, que irá permitir esbater as barreiras do efeito Mateus.
		Certificar e capacitar a população ativa pouco escolarizada, desempregada ou em processo de reconversão profissional, dotando-a das ferramentas necessárias para sair da situação de desemprego e para romper com a vulnerabilidade e precaridade laboral.
		Inserir profissional e socialmente a população adulta desempregada pouco escolarizada, para desfazer/contrariar os ciclos de pobreza atestados no território.
Programa Municipal Literacia de Adultos / Cidadania	População adulta migrante; população adulta com níveis baixos ou inexistentes de escolaridade	Elevar os níveis de literacia dos adultos com níveis baixos ou inexistentes de escolaridade.
		Ampliar a oferta de cursos de português para migrantes no concelho.
		Capacitar e autonomizar digitalmente os adultos e promover a participação cívica, através da mobilização de uma rede de voluntários locais.
Festival Sabores do Mundo/ Cidadania e Empoderamento de Comunidades	Comunidades migrantes	Desenvolver ações promotoras de interculturalidade.
		Promover a integração de migrantes.
		Responsabilizar os atores locais na integração dos migrantes.
		Desmistificar estereótipos associados à comunidade migrante, que podem ser geradores de atitudes e comportamentos discriminatórios.
		Trabalhar as questões de marketing territorial.
#PULO — Projeto de dinamização da dança em contexto escolar / Cultura e Criatividade	Projeto destinado a alunos, pais/ encarregados de educação, famílias e comunidade envolvente	Proporcionar o bem-estar e a integração social de alunos através da dança, estimulando o seu desenvolvimento e a autovalorização.
		Contribuir para a potencialização fisiológica, coordenação rítmico-musical, organização espacial-temporal, coordenação segmentar, imagem motora, sensibilidade expressiva e estética, através da consciencialização do corpo, gestos e movimento como recursos na educação.
		Contribuir para a manutenção de uma população escolar física e intelectualmente ativa.
		Promover estilos e comportamentos de vida saudáveis.
		Favorecer a multiculturalidade, interculturalidade, equidade e solidariedade.
		Facilitar as relações interpessoais através da partilha de valores humanos.

Projetos / Eixo	Público-Alvo	Objetivos
		Eliminar as barreiras em relação à arte, estimulando a atenção das crianças, jovens e adultos em sessões práticas de dança.
		Implementar a imaginação criadora a partir de temas e de estímulos.
		Respeitar as diferenças individuais e socioculturais e, combatendo processos de exclusão e discriminação, lutar contra a solidão e a marginalização sociais.
		Potenciar o prosseguimento de estudos na área da Dança.
		Envolvência da comunidade, de forma integrada e participativa, promovendo o interesse pela dança/expressão artística.
Programa #Faz um like ao teu talento e participa / Cidadania e empoderamento das Comunidades	População jovem ativa, dos 18 aos 35 anos, que não esteja nem a trabalhar, nem a frequentar modalidades de educação e formação	Permitir a descoberta de talentos criativos e inovadores dos jovens deste território.
		Potenciar o desenvolvimento das competências pessoais, vocacionais e sociais dos jovens.
		Apoiar o acesso às oportunidades e reforçar o poder dos jovens relativamente à definição das suas trajetórias.
		Promover uma cidadania ativa dos jovens, fomentado a participação democrática, empoderando-os enquanto agentes de mudança positiva.
Qualificação Digital	Ativos desempregados com pelo menos o ensino secundário e Jovens NEET com pelo menos o ensino secundário	Criar oportunidades de qualificação para ativos desempregados, nomeadamente jovens NEET, com pelo menos o ensino secundário, com forte alinhamento com as dinâmicas de procura no mercado de trabalho.
		Promover a empregabilidade de ativos desempregados, nomeadamente jovens, das comunidades desfavorecidas, através de estratégias de <i>upskilling</i> , com forte componente profissionalizante e aposta em competências transversais.
		Promoção de percursos de qualificação em domínios atrativos para os jovens, que se alinham com as dinâmicas de procura no mercado de trabalho.
		Associar a obtenção de algum rendimento à conclusão de percursos de qualificação em domínios de elevada procura empresarial.
		Articular com o tecido empresarial local a dinamização da oferta de cursos de especialização e potenciar as estratégias de inserção no mercado de trabalho de proximidade, favorecendo as condições de desenvolvimento económico do concelho.
		Reforçar a autoestima dos jovens das comunidades escolares abrangidas e criar incentivos para que assumam um maior compromisso com o investimento em qualificação.
CulturArte	Crianças e jovens	Dinamizar ações promotoras da inclusão social, através de conteúdos e/ou práticas desportivas, artísticas e culturais, contribuindo para a interrupção dos ciclos de pobreza.
		Promover a saúde e bem-estar das comunidades, dinamizando ações de prevenção da doença e de estilos de vida saudáveis, através do desenvolvimento de atividades físico-desportivas.
		Melhorar os níveis de educação e formação da comunidade, através da definição de percursos específicos para a recuperação das aprendizagens e da aposta na qualificação especializada e diferenciada, contribuindo para a definição de projetos de vida sustentados.

A inovação de cada uma destas etapas, que acompanharam o processo de construção de um plano de ação capaz de responder às idiossincrasias das freguesias da Encosta do Sol e da Mina de Água, esteve ainda presente na criação de um projeto aglutinador dos parceiros e da sua intervenção a nível local (Comunidade de Práticas). Efetivamente, toda a narrativa que acompanhou

as diferentes intervenções da equipa nestas comunidades foi norteada por um trabalho de proximidade e fluidez entre os diferentes intervenientes locais (residentes, parceiros, Juntas de Freguesia, Câmara Municipal...), resultando em projetos interdisciplinares, cuja articulação permitiu a construção de uma espécie de ecossistema de intervenção territorial. ✨

Cultura Empresarial

Que desafios atuais existem para as empresas?

AUTORA: Inês Pereira, Talent Manager na Adentis e Psicóloga **FOTOS:** Ceditas pela Adentis

Fruto de uma globalização mundial, as empresas — particularmente as portuguesas — têm sofrido alterações no que respeita à composição das suas equipas, ou seja, ao nível da diversidade cultural. Numa primeira instância, ter uma organização rica em costumes, tradições e características diferentes é algo inovador e positivo. É um ótimo catalisador para a reputação da mesma. Efetivamente, as

instituições que valorizam e promovem a diversidade cultural geralmente são percecionadas como mais modernas, inovadoras e essencialmente responsáveis e conscientes socialmente.

Alguns estudos e autores defendem que as equipas que são culturalmente diversas possuem potencial para uma produtividade acima da média quando comparadas às equipas homogéneas. Isto deve-se essencialmente ao facto de possuírem



perspetivas e experiências diferentes, facilitando o surgimento de ideias diversas. Isto é, estas equipas têm diferentes *insights*, perspetivas e experiências, que podem ser boas aliadas no momento de pensar e encontrar soluções eficientes. Contudo, não deixamos de enfrentar alguns desafios que devem ser considerados e pensados, de modo que seja efetivamente possível aproveitar todos os seus benefícios.

Um dos primeiros desafios que nos poderá ocorrer é a **comunicação**. Quando pensamos em interculturalidade, seja em que contexto for, a barreira linguística é provavelmente dos primeiros pontos a discutir, não só pela falta de compreensão, mas também porque, por vezes, os termos, o significado ou o tom variam de cultura para cultura, de país para país. Aquilo que para nós significa algo positivo, poderá ser até ofensivo num outro lugar e para uma outra pessoa. Este é um ponto que comumente pode representar

um desafio, pelo menos numa primeira fase, entre colegas e chefias. A comunicação é um elemento essencial para que, mesmo em situações de discordância, o ambiente de trabalho permita uma discussão saudável e favorável ao desenvolvimento do trabalho da equipa. Perante contextos interculturais, as pistas sociais utilizadas e até as diferenças linguísticas podem interferir na comunicação fluída entre os diferentes elementos, sendo muito importante, não só que chefias possuam esta permeabilidade e sensibilidade, mas também que exista por parte de todos os elementos uma certa predisposição para compreender e aceitar quaisquer diferenças culturais que surjam nessa interação.

Um outro ponto-chave a ter em conta são os **valores ou as crenças**, i.e., diferenças entre estes fatores poderão levar a alguma desarmonia no ambiente de trabalho, criando conflitos e, conseqüentemente, prejudicando a sua eficiência.





Recordo-me de uma situação num restaurante onde trabalhei enquanto estava na Universidade, no qual a equipa, além de portugueses, era composta por colegas paquistaneses e indianos e, para eles, alguns comportamentos, sobretudo formas de dialogar em frente a mulheres, eram absolutamente inadmissíveis na sua cultura. Os colegas portugueses não tinham pudor em expressar-se mais livremente, e faziam-no de uma forma absolutamente inconsciente, dado não ser algo repreensível para nós. O ponto aqui é que se notava um grande desconforto e incompreensão nos colegas do Paquistão ou da Índia, embora não fossem levantadas questões. Isto resume-se a uma expressão natural da interculturalidade.

As **dificuldades de integração** são também um ponto sensível. Na Adentis, onde trabalhamos

frequentemente com pessoas da América do Sul, muitas das quais vêm para Portugal à procura de melhores condições e oportunidades, percebemos, por vezes, essas dificuldades. Trabalhadores de diferentes culturas podem enfrentar desafios de integração, particularmente num contexto em que as equipas podem ser formadas por uma única cultura dominante. Sentimentos de exclusão podem surgir quando as práticas culturais dos membros não são compreendidas ou respeitadas ou, numa fase inicial, por receio e refúgio da pessoa que chega «de fora».

Ainda pensando sob a realidade da Adentis, *business managers* e equipa de Recursos Humanos trabalham muito para que os consultores que vêm para Portugal tenham a melhor experiência de acolhimento. Mas este trabalho começa bem antes da sua chegada ao nosso País, fornecendo o apoio



necessário para as diferentes burocracias que enfrentarão, bem como pela diferença linguística de muitos documentos a tratar. Quando chegam a Portugal, ainda há toda uma adaptação a fazer e é interessante ouvir, por vezes, as suas experiências e perspectivas e observar como as mesmas coisas podem ser tão diferentes para cada um de nós. Um exemplo claro dessas diferenças são os transportes. Muitos dos nossos consultores estão muito satisfeitos com a nossa rede de transportes, considerando-os eficientes e rápidos, comparando-os com o sistema de transportes do seu país natal. Por seu lado, os portugueses ou consultores provenientes de países com uma rede de transportes bem mais eficiente do que a nossa fazem uma comparação com algo que reconhecem ter funcionado tão bem no passado e que se tem vindo a degradar ao longo

dos últimos anos. Outro dos *feedbacks*, enquanto *talent manager*, que acabo por receber em conversa e reuniões com os nossos consultores, e que é algo mais facilmente identificável por todos, é a seriedade ou formalidade dos Portugueses face a pessoas, por exemplo, da América Latina. Ora, mais uma manifestação cultural *per se*.

Em termos laborais, é uma diferença que pode gerar mal-entendidos, principalmente numa primeira fase, mas, mais do que isso, deverá gerar uma necessidade incontornável de nos consciencializarmos e adaptarmos uns aos outros ao longo do tempo e, ainda que a adaptação possa ter de se desenrolar de uma forma um pouco mais unilateral, não deixar de respeitar essas disparidades para que se possa retirar o melhor da relação. Este tópico leva-nos ao último ponto de destaque – a gestão de expectativas.



A **gestão de expectativas** é outro desafio e, na Adentis, acredito que seja talvez um dos maiores. Culturas variadas possuem distintos pontos de vista em relação a papéis, responsabilidades e hierarquias no ambiente profissional. Equilibrar essas diferenças e garantir que todos os membros se sintam valorizados e compreendidos é uma tarefa complexa. É difícil a adaptação a um novo mercado, a novas regras e *modus operandi*.

Quando indivíduos de culturas diferentes interagem, as diferenças acabam por se fazer sentir ao longo da interação, aumentando a probabilidade de surgimento de conflitos. Alguns autores (e.g., Brett, 2000, Chen e Starosta, 2000) referem que, mesmo que as diferenças que causaram o conflito não estejam associadas diretamente aos padrões comportamentais ou valores culturais, a forma como um indivíduo gere um conflito é influenciada, parcialmente, pelos seus valores culturais. Os autores apontam ainda que o contexto cultural, as diferenças linguísticas e os padrões de pensamento têm um

grande impacto sobre a forma de gerir conflitos de cada elemento. Num outro estudo, verificou-se, por exemplo, que os povos orientais tendiam a evitar uma situação conflituosa e a cultura ocidental adotaria um estilo de dominância e competição.

Liderar e trabalhar com equipas interculturais representa um desafio e requer algumas aptidões, incluindo a capacidade de «pensar fora da caixa», flexibilidade de pensamento, sensibilidade para a diversidade e capacidade para integrar perspetivas diversas e adaptar estilos de liderança para corresponder – ou no limite para equilibrar – da melhor forma, as diferentes necessidades que surgem. É vital criar um ambiente que promova a inclusão e, sobretudo numa fase mais embrionária, oferecer um suporte que facilite a mudança de todos os colaboradores. ✨

Bibliografia:
Brett, J. M. (2000). Culture and negotiation. *International Journal of Psychology*, 35(2), 97–104.
Chen, G. M., & Starosta, W. J. (2000). The development and validation of the intercultural sensitivity scale. *Human Communication*, 3(1), 1-15.



PRO_MOV
by Reskilling 4 Employment



O PRO_MOV by Reskilling 4 Employment é o programa nacional que se insere na iniciativa europeia R4E, concebido pela European Round Table for Industry (ERT), fórum europeu de executivos cuja missão passa pela promoção da competitividade e a prosperidade na Europa, promovendo a formação de profissionais para os empregos de futuro através da requalificação e integração no mercado de trabalho.

Digital
Green Jobs
Saúde
Indústria
Agricultura
Vendas
Business Intelligence

Possibilidade de desenvolver outras áreas de formação.

Precisa de recursos especializados e gostava de formar à medida das suas necessidades?

Ao ser parceiro PRO_MOV, tem a possibilidade de participar no desenvolvimento das formações, garantindo que os futuros profissionais correspondem às reais competências essenciais para a melhor integração na sua equipa.

Todos os cursos integram formação teórica assegurada pelo IEFP e formação prática em contexto de trabalho assegurada pelas empresas.

As formações visam a empregabilidade dos participantes e a integração de profissionais com competências mais ajustadas às reais necessidades do mercado de trabalho.

O futuro (re)começa agora.



Fale Connosco

**Faça parte desta mudança.
Junte-se ao PRO_MOV!**



Saiba mais em pro-mov.pt

Fundadores



Institucionais





Um bom líder prepara o futuro

E atualiza-se, porque dominar a transformação digital é garantir o sucesso das empresas

A formação Líder + Digital foi desenhada para capacitar os líderes. Estes serão os grandes responsáveis pela implementação da transformação digital das empresas.



**LÍDER
MAIS
DIGITAL**

